



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 049

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 100ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1985

- 1.1 — ABERTURA
1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Solução dada pela Câmara dos Deputados ao caso do Banco Sulbrasileiro.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Greve dos funcionários da ECT. Defesa do reajuste de 80% para os funcionários do Congresso Nacional. Não punição para os analfabetos que não queiram votar. Instituição do exame médico para os candidatos a prefeitos nas próximas eleições.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Apelo em favor da continuação das obras de construção das eclusas da Barragem Hidrelétrica de Tucuruí. Trabalho de autoria de Dom José Freire Falcão, intitulado — A oração e os construtores da sociedade.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Reajuste dos vencimentos dos aposentados e pensionistas.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Críticas a declarações prestadas pelo Secretário de Estado Norte-americano, a respeito de um possível reatamento entre o Brasil e Cuba.

DEPUTADO ANTÔNIO MAZUREK — Considerações sobre o movimento grevista no Estado de São Paulo.

DEPUTADOS LUIZ HENRIQUE E JACKSON BARRETO — Papel que vem sendo desempenhado pelo Ministro do Trabalho, frente aos movimentos grevistas no País.

DEPUTADO GERSON PERES — Nomeação de Milton Gonçalves para a direção da Rádio Nacional. Considerações sobre entrevista do Ministro Roberto Gusmão concedida hoje pela televisão, a respeito dos movimentos grevistas em São Paulo.

DEPUTADO BRABO DE CARVALHO — Cancelamento das obras das eclusas do Rio Tocantins.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministro

Almir Pazzianotto, no concernente às greves trabalhistas.

DEPUTADO RAYMUNDO ASFORA — Movimentos grevistas.

DEPUTADO DJALMA BOM, como Líder — Críticas sobre entrevista concedida hoje na televisão, pelo Ministro da Indústria e do Comércio. Apelo para que o Senhor Presidente da República receba em audiência, os líderes do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO, como Líder — Esclarecimentos ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI, como Líder — Problema da energia elétrica no Brasil.

DEPUTADO LEORNE BELÉM, como Líder — Falta de unidade que estaria havendo no Governo, na solução dos movimentos grevistas.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000, para o fim que especifica. **Discussão encerrada**, após parecer oral proferido pelo Sr. Jorge Uequed em nome da Comissão Mista, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 101ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1985

- 2.1 — ABERTURA
2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALUIZIO CAMPOS — Caso Sulbrasileiro e Habisul.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Recebimento de telex de entidades classistas defendendo a permanência do Dr. Sérgio da Costa Matte à frente da Cia. Docas do Estado de São Paulo.

DEPUTADO HORÁCIO ORTIZ — Defesa da realização de uma consulta às bases do PMDB para a indicação dos candidatos do partido à Prefeitura de São Paulo.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Repúdio a declarações do Sr. Anthony Motley referentes ao possível reatamento diplomático entre o Brasil e Cuba.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Comentários sobre colocações do Sr. Leonel Brizola referentes à aprovação da emenda das eleições presidenciais em dois escrutínios.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Manifesto do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro pedindo a revogação do Decreto nº 90.922/85, por considerá-lo contrário aos interesses dos profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia.

DEPUTADO JORGE CÂRONE — Observações sobre a aprovação das eleições em dois turnos. Movimentos grevistas no País.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Defesa de providências energéticas contra os prejuízos apresentados por empresas estatais.

DEPUTADO DJALMA BOM, como Líder — Proclamação de opositores do regime chileno denominada "Manifesto pela Liberdade e pela Democracia".

DEPUTADO JORGE UEQUED, como Líder — Novos níveis de aumento dos aposentados e dos pensionistas decretados hoje pelo Ministro da Previdência Social.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Necessidade de amplo debate sobre o pólo de Informática da Zona Franca de Manaus.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 44/84, que dá nova redação ao item III do artigo 165. *Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum*

2.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 47 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 102ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessões conjuntas a realizarem-se amanhã, às 11 e 19 horas, com Ordens do Dia que designam.

3.2.2 — Questão de Ordem

Levantada pelo Sr. Cássio Gonçalves e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 100ª Sessão Conjunta, em 14 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho,

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Culmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PDS; Edne Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emilio Gallo — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Alcides Franciscato — PFL; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Irma Passoni — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur —

PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juares Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida — PDT; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Marini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 199 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — PS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Volto a lamentar que estejamos iniciando a sessão de hoje sem a presença e Líderes ou Vice-Líderes na Casa. Isto repercute muito mal perante a opinião pública.

Sr. Presidente, volto hoje, após ter sido constante e acirradamente interpelado nas ruas da minha cidade, com relação ao desfecho do Banco Sulbrasileiro. Entende o povo, entendem todos aqueles que encontrei pelas ruas que nós Deputados não fizemos o que devíamos fazer, que nós somos coniventes com essa solução dada, e que não foi a melhor. Então agora, após a publicação pela revista Veja de que o Sr. Mário Garnero levantou quatro bilhões e meio no Sulbrasileiro depois da intervenção, depois que nós estávamos com aquilo seguro, isto é uma demonstração da anarquia que estava lá e que continua, inclusive com a presença do Banco Central no Banco Sulbrasileiro.

Esta situação se agravou. Nós, da Nova República, estamos perdendo uma grande oportunidade de colocarmos este País nos eixos, de recuperarmos a confiança do povo, de darmos condições para que se faça alguma coisa de concreto, de mudança real, de mudanças que levaram a maioria do povo às praças públicas. O povo não quer isto aí, não; não quer, por exemplo, o Governador do Distrito Federal já querendo fazer reformas na Catedral, quando a catedral do povo é a fome, quando a catedral do povo é a miséria, quando a catedral do povo é o desemprego. Nós estamos perdendo a grande oportunidade de recuperarmos realmente a confiança do povo, a confiança real nas mudanças, mas não mudanças de conversa, não mudanças de mordomias que tiram daqui e dão com a outra mão. Não é isto o que o povo quer.

Fui interpelado, esta semana, por cinco trabalhadores que me desacatarem dizendo que eu não fiz nada na votação do Sulbrasileiro. Eu estava aqui, mas a Liderança permitiu que fosse votado apenas com o voto da Liderança, tolhendo a atitude dos Srs. Deputados. Nós pedimos verificação de presença de votação e não foi concedida porque havia, realmente, um complô das lideranças, e isto está pesando na vida dos Deputados. Eu, em São Paulo, tenho de dizer que nós Deputados, não mandamos nada, que não decidimos nada, que quem decide agora são as lideranças, num complô contra os interesses dos próprios Deputados. E nós estamos — repito — perdendo a grande oportunidade de conquistarmos a confiança do povo brasileiro, porque esse povo foi à praça, esse povo gritou, esse povo mostrou que realmente o que vinha antes não resolve, o que estava aí não resolve, e não é isto que nós queremos para o povo. O que nós queremos, o que o povo realmente quer são ladrões na cadeia e o levantamento de todas as bandalheiras deste País.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero deixar registrado nos Anais da Casa do povo alguns apelos, algumas observações. Primeiro, que o Sr. Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos e demais diretores encontrem, através de bom-senso, um caminho para solucionar a greve dos funcionários dessa empresa; afinal, eles fazem uma falta muito grande para a Nação e é mais do que justo que exijam alguma coisa a mais, por-

que o cargo desses funcionários é de grande responsabilidade: transportam, para lá e para cá, valores inestimáveis. De maneira que nós gostaríamos que a Presidência da Empresa de Correios de Telégrafos encontrasse um denominador comum para atender as reivindicações dos funcionários dessa empresa. Queríamos também defender, paralelamente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o comportamento de todos que se encontram em greve, no momento, no País.

Afinal, a greve foi um expediente muito usado pela Oposição, para desestabilizar o Governo anterior. Nestes últimos 8 anos, tivemos grandes lideranças surgidas exatamente através das greves. A greve é um direito intocável do trabalhador. Os patrões que procurem encontrar um caminho para solucionar os problemas daqueles que se encontram em greve porque têm direito, mesmo porque os salários continuam sem-vergonhas.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional está em falta para com os funcionários desta Casa. É imperdoável que, até hoje, não se tenha legalizado o aumento de 80% para os funcionários do Congresso Nacional. Isto é, sinceramente, quase que uma imoralidade, porque os funcionários daqui não são diferentes dos outros funcionários de outras repartições do Governo, e eles já estão recebendo os 80%. É imperdoável que, até agora, os funcionários do Congresso Nacional sejam aliçados deste aumento mais do que justo, mais do que necessário.

Sr. Presidente, estou aqui registrando, também, um pedido de não punição para os analfabetos que não queiram votar. Aliás, aqui cabe um registro: eu votei pelo voto do analfabeto porque não sou otário, tinha que votar, mas preferia votar uma lei em que o Governo fosse obrigado a alfabetizar todos os brasileiros. Isso é que seria uma coisa justa e coerente e, não, permitir o voto do analfabeto. Mas, como todos votaram, eu não sou nenhum herói de mentirinha para dizer que não. Vota o negro, vota o analfabeto, vota todo o mundo. Mas aquele que não queira votar, por não saber votar, que não receba nenhuma punição, como acontece normalmente.

Agora, Sr. Presidente, mais um apelo: no dia 7 de novembro do ano passado, daquela tribuna, fiz um apelo para que os dois candidatos à Presidência da República se permitissem a exame médico, para que soubéssemos se ambos tinham condições de pleitear o maior cargo desta Nação, que é a Presidência da República. Mandaram que eu "enfiasse a minha cabeça no vaso e puxasse a descarga", disseram que eu estava louco. Eu não estava louco. Poderia ter salvo a vida do Presidente Tancredo Neves se ele não estivesse cercado pelos abutres do infortúnio, pelos gigolôs da desgraça.

Disseram misérias do Agnaldo Timóteo, porque eu pedi uma coisa mais do que coerente. E, agora, volto a fazer este apelo: todos os candidatos a Prefeito, no dia 15 de novembro, deverão ser obrigados a provar que têm saúde para ocupar tal cargo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Pedimos a transcrição nos Anais de um apelo que estamos fazendo ao Presidente da República e ao Ministro dos Transportes, com relação a um telex que recebemos das classes empresariais do Pará, a respeito da decisão inoportuna que foi tomada por aquele Ministério, com a paralisação das obras de construção das eclusas do rio Tocantins, que vai ocasionar prejuízos incalculáveis a toda a Região Amazônica, assim como, também, pedimos a transcrição nos Anais desta Casa da excelente oração de D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, publicada no *Jornal Arquidiocesano*, de domingo último,

dia 12, sob o título "A Oração e os Construtores da Sociedade".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. OSVALDO MELO EM SEU DISCURSO:

Exm^o Sr.
Deputado Federal
Osvaldo Melo
Câmara Federal
Brasília — DF

Para conhecimento de Vossa Excelência transmitimos texto telex enviado pelos órgãos de classe empresarial do Estado do Pará ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República motivado pelas notícias veiculadas na imprensa de que o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes Doutor Afonso Camargo determinou suspensão das obras de continuação das eclusas do Rio Tocantins: Excelentíssimo Senhor

Dr. José Sarney
DD, Presidente da República

Em nome dos órgãos da classe patronal do Estado do Pará, pedimos venia para manifestar a Vossa Excelência nossa profunda decepção face notícias divulgadas imprensa de que o ilustre Ministro dos Transportes, Dr. Afonso Camargo, determinou a suspensão das obras de construção das eclusas da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí. Em que pese indiscutível importância aproveitamento potencial energético rio Tocantins, cujas turbinas marcam início uma nova era desenvolvimento região, esse magnífico projeto determinou interrupção navegabilidade fluvial, inalienável patrimônio comunidades localizadas as margens do rio e áreas de influência, sustentáculo atividades econômicas tradicionais e total isolamento das que se situam a montante da barragem em flagrante descumprimento determinações legais que regem projetos da espécie. Confiante em que a Nova República seria sensível à luta que estas entidades de classe vinham sustentando em defesa da construção das eclusas, baseadas em comprovações técnicas constantes de documentos de irrefutável confiabilidade, classes produtoras região receberam com maior tristeza a notícia de que o prosseguimento das obras, antes moroso, será agora paralisado. Dada a magnitude do problema, dirigimos veemente apelo espírito cívico Vossa Excelência, conhecedor profundo problemática regional, no sentido de determinar providências para que aquela decisão seja reexaminada, até porque os recursos capazes de assegurar a continuidade do projeto são de pequena monta se comparados com outros dispêndios que o Governo Federal se propõe efetivar em benefício de outros projetos, sem nenhuma dúvida, de menor significação em termos de interesses coletivos. Com o maior respeito e confiantes de que Vossa Excelência não há de negar tratamento equitativo comunidades duramente atingidas aquela adversa decisão, reafirmamos nossa irrestrita confiança eminente Presidente, depositário nossas melhores esperanças. Respeitosas saudações

Lisio dos Santos Capela, Presidente em exercício da Federação Industriais Estado Pará

Luizinho Bartolomeu de Macedo, Presidente em exercício do Centro das Indústrias do Pará

Orlando Sozinho Lobato, Presidente da Federação e Centro do Comércio Estado Pará

Roberto Farid Elias Massoud, Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Pará e da Associação Comercial do Pará

Clodomir de Lima Begot, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará

Jorge Colares, Presidente da Federação dos Diretores Lojistas do Pará

Alexandrino Moreira, Presidente Associação de Bancos do Estado Pará, Amazonas e Acre

Massud Elias Ruffeil, Presidente da Associação dos Supermercados do Estado do Pará

Augusto Rezende, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Belém

Roberto Seixas Simões, Presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação do Estado do Pará — SINDARPA

A ORAÇÃO E OS CONSTRUTORES DA SOCIEDADE

Dom José Freire Falcão, arcebispo de Brasília

A supervalorização da ciência e da técnica contribui para uma mentalidade que limita os horizontes humanos ao que é percebido direta ou indiretamente pelos sentidos. Nesse mundo fechado ao que está além e acima do homem não há lugar para Deus e para o recurso à oração. A criatura humana está irremediavelmente presa a suas limitações e à sua radical indigência.

Mas, porque o homem não pode passar sem Deus, não pode passar sem a prece. É ela particularmente indispensável àqueles que se entregam à nobilitante tarefa de construção da sociedade segundo os desígnios de Deus. Puebla rassalta a necessidade do "recurso à fonte da força divina da oração assídua" para os políticos, os homens de governo, os intelectuais, os universitários, os cientistas, os técnicos, os criadores da sociedade tecnológica, os responsáveis pelos meios de comunicação social, os artistas, os juristas, os operários, os camponeses, os economistas, os militares, os funcionários, os profissionais liberais...

Somente na prece encontrarão eles serenidade e fortaleza, o sentido da justiça e a generosidade do perdão, a sensibilidade pela dignidade humana e pelos direitos do homem, virtudes necessárias para os construtores da sociedade.

De fato, grandes homens de nosso tempo souberam encontrar, malgrado seus altos encargos e suas grandes preocupações, tempo para momentos de recolhimento na oração. E no diálogo com Deus encontraram a paz interior e a força espiritual para o cumprimento de suas altas funções.

Nesta invocação a Deus, Dag Hammarskjöld, secretário geral da ONU, morto em missão de paz no Congo, em 1961, traduzia, um mês antes de morrer, sua experiência espiritual:

"Tu que eu não conheço,
Mas a quem eu pertenço.
Tu que eu não entendo,
Mas a quem consagrei minha vida.
Tu."

Robert Kennedy, morto em campanha política, na defesa dos direitos dos negros, escreveu do próprio punho esta sua entrega a Deus:

"Em tuas mãos, ó Deus, eu me abandono.
Vira e revira esta argila, como barro na mão do oleiro.
Dá-lhe forma e depois, se quiseres, esmigalha-a, como esmigalhaste a vida de John, meu irmão.
Pede, ordena. Que queres que eu faça, que queres que eu faça?
Elogiado e humilhado, perseguido e incompreendido, caluniado e consolado, sofrendo e inútil para tudo, não me resta senão dizer a exemplo de tua Mãe: "Faça-se em mim segundo a tua palavra."
Dá-me o amor por excelência, o amor da cruz, não o da cruz heróica que poderia nutrir o amor próprio.

mas o da cruz vulgar, que carrego com repugnância.

daquela que se encontra cada dia na contradição, no esquecimento, no insucesso, no falso juízo, na frieza, nas recusas e nos desprezos dos outros, no mal-estar e nos defeitos do corpo, nas trevas da mente e na aridez, no silêncio do coração.

Então, somente tu saberás que te amo, embora eu mesmo nada saiba. Mas isto basta."

Em nosso mundo não faltam especialistas em todos os domínios da construção da sociedade. Mas, carece de homens de sabedoria profunda, os quais transmitam aos outros sua intimidade com Deus. Homens austeros e magnânimos, serenos e equilibrados, voltados inteiramente para o bem comum, com largueza de visão e grandeza de atitudes.

Pois o diálogo com Deus na oração e na contemplação não é fuga aos problemas humanos, mas busca de luz e força para assumi-los segundo a visão de Deus. Se os discípulos do Senhor não são deste mundo, estão neste mundo. E é sua tarefa edificá-lo, cada dia, segundo as exigências da fé. E para isso é preciso que escutem a Deus para saber o que Ele quer deles.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A imprensa anuncia que o Ministro da Previdência Social deve comparecer hoje ao Gabinete do Presidente da República, para estabelecer os níveis de aumento dos vencimentos dos aposentados e pensionistas da Previdência Social. O que é grave neste assunto, Sr. Presidente, é que a lei já determina como isso deve ser feito. O Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, no seu art. 67, diz:

"Art. 67. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados sempre que for alterado o salário mínimo.

§ 1º O reajustamento de que trata este artigo vigorará sessenta dias após o término do mês em que entrar em vigor o novo salário mínimo, arredondado o total obtido para a unidade de milhar de cruzeiros imediatamente superior.

§ 2º Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, consirado como mês-básico o de viagem do novo salário mínimo."

Sr. Presidente, o salário dos trabalhadores foi reajustado em 112% do INPC. Em consequência disso, e em cumprimento da lei, os vencimentos dos aposentados e pensionistas devem, obrigatoriamente, ser reajustado em 112% do INPC.

Alerto, aqui, ao Senhor Presidente da República e à sua assessoria, como já alertei ao Ministro da Previdência Social, que na Nova República, dentro do princípio da legalidade, do respeito e do interesse social, não cabe mais a análise das dificuldades financeiras. Que alegava dificuldades financeiras para não cumprir a lei era o ex-Ministro Jair Soares, eram os ex-Ministros da Velha República, aliás, no que foi vitorioso o trabalho do Ministro Jarbas Passarinho que, no último ato do seu governo, reconheceu a justiça das postulações dos aposentados e pensionistas, e mandou reajustar os vencimentos, de novembro passado, nos mesmos índices e critérios da política salarial. A Nova República, agora, não pode retroceder, precisa obedecer os critérios da lei e reajustar

os vencimentos dos aposentados e pensionistas com base em 112% do INPC. É o mínimo que se espera. Não se espera retrocesso, porque nesta Nova República não há retrocesso, há avanços institucionais. Por isso, o nosso alerta ao Presidente da República e à sua assessoria para que hoje, às 15 horas, na presença do Ministro da Previdência Social, faça cumprir a lei e não se atenha aos dados dos tecnocratas que querem defender. É verdade, o patrimônio da Previdência, não aumentando nos mesmos níveis dos trabalhadores da ativa, mas isso será defender com sangue, suor e fome dos aposentados, que a Nova República, evidentemente, não o fará. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Brasil democrático não pode admitir, de nenhuma maneira, arranhões à sua soberania. Não se entende, aliás, democracia submissa; não se entende povo livre com a canga da dependência a centros internacionais de decisão.

O Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos que, por sinal, já foi Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, e, registro para Casa, Embaixador de muita, muitíssima infeliz memória para nós, brasileiros, Sr. Anthony Motley, chegou ontem ao deslante de admitir que o Brasil "teria direito" a reatar suas relações diplomáticas com Cuba, como se dependesse dele o Brasil reatar ou não com Cuba, romper ou não seu laço com qualquer país, como se o Brasil fosse, na verdade, uma província ou um distrito, ou no máximo, um estado da potência imperial que ele representa.

Ao longo das suas considerações, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Senhor Anthony Motley, que, em várias ocasiões, como Embaixador no Brasil, se pronunciara intrometendo-se em assuntos de nossa única e exclusiva competência traça várias considerações a respeito da questão centro-americana; estabelece regras para que, por exemplo, a Nicarágua não seja invadida por tropas americanas. É isso mesmo que deixa entender. Ele exige um padrão de bom comportamento da Nicarágua para que a sua soberania seja obedecida, seja respeitada, seja acatada. Fala de Cuba, fala do Brasil; fala como um feitor, como um dono de fazenda no tempo da escravidão, olhando de cima para nós que, aqui em baixo, seríamos meros lacaios de seus diktats, a aguardar as ordens para, sem discussão, as cumprirmos.

Devo esclarecer, Sr. Presidente, que o Brasil tem uma tradição de luta muito bonita pela sua soberania. Arranhões temos sofrido, governos entreguistas nós os temos tido, porém, nós, os bons brasileiros, os democratas desta Pátria, eternamente combatemos aqueles que se curvam. — a exemplo do Senador Roberto Campos, que é o mais curvado dos brasileiros diante dos Estados Unidos da América, — a decisões de fora, sempre que elas não dizem respeito ao interesse do Brasil; temos sempre lutado para afirmar o princípio da soberania nacional e, agora, devemos deixar bem claro para a Embaixada dos Estados Unidos da América, antes que ela pense que pode recriar o IBADE entre nós, para financiar candidatos conservadores e ligados ao capital estrangeiro, e, assim, emascular a Constituinte de 1986. Devemos deixar um recado ao Sr. Anthony Motley: não fizemos rair a democracia nesta Pátria ao sol da liberdade e sob o signo da retomada do desenvolvimento, para continuarmos submissos ao país de Motley, ao país de Diego Asêncio, ao país de Ronald Reagan.

Devemos deixar bem claro para eles que é de nossa única e exclusiva alçada a decisão sobre os rumos da nossa política interna e externa. Reataremos com Cuba quan-

do bem entendermos e examinarmos a questão unicamente à luz do interesse nacional.

Devemos deixar bem claro a eles todos que não temos nenhum desejo de nos intrometermos nas decisões políticas e administrativas norte-americanas, a ponto de admitirmos que uma pessoa sem o necessário equilíbrio emocional e sem a necessária postura política, seja Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos.

O Sr. Ronald Reagan nomeia quem quiser, são ou doente, bom ou mal; ele nomeia quem quiser no seu País. Nós queremos apenas é que ele não interfira em nossas nomeações; não interfira nos nossos hábitos, não interfira nas nossas decisões e, sobretudo, se poste reverente e respeitoso, diante do destino livre desta Nação, porque vamos construir e reconstruir a República nos parâmetros mais sublimes da liberdade, da soberania e do direito do nosso povo à sua autodeterminação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Deputado Antônio Mazurek.

O SR. ANTÔNIO MAZUREK (PDS — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Nova República está se vendo às voltas com diversos movimentos grevistas que se espalham por diversos Estados da Federação.

Nós estamos aqui para questionar a legitimidade e o direito inalienável de qualquer classe trabalhadora, esgotadas todas as alternativas, de deflagrar uma greve. É próprio da democracia. Antes, pelo contrário, estamos aqui, Sr. Presidente, para, também, a exemplo de tantos outros, defendermos, da forma mais intransigente possível, o direito a esta faculdade.

Entretanto, verificam-se episódios preocupantes como o que está ocorrendo nesta manhã numa cidade interiorana de São Paulo, a pequena cidade de Matão, em que as próprias lideranças sindicais acabam de reconhecer que perderam o controle político da greve que se instalou, que foi deflagrada na indústria de implementos agrícolas daquela cidade, são duas grandes indústrias, as maiores da América Latina, lá existentes.

Por conhecer a história dessas duas indústrias, que começaram como pequenas fabriquetas de fundo de quintal e que com as transformações deste nosso País, com muito trabalho, sobretudo da família Marchesan, que é a proprietária da Indústria Tatu de Implementos, é uma indústria que cresceu, se transformou. Lá estive, Sr. Presidente, muitas vezes e verifiquei, *in loco*, pessoalmente, o convívio harmonioso, fraterno, cordial, dos próprios industriais com os seus trabalhadores, com os operários das fábricas. Pareceu-me o clima ali reinante, em época normal, como um clima de uma verdadeira e grande família.

Entretanto, ao que parece, suspeita-se, Sr. Presidente, de que há infiltração de elementos estranhos aos interesses daqueles trabalhadores, que estão num movimento justo e legítimo, no instante em que a greve, o movimento político pacífico descamba para a violência, para os saques, para a quebra de ordem, para as ameaças, que resultaram num clima insustentável, a ponto de as autoridades policiais perderem o controle da ordem pública.

Acabo de manter contato com o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Dr. Michel Temmer, que me informa que está adotando providências para que os direitos dos grevistas sejam assegurados, num movimento pacífico, mas que também seja evitado o excesso daqueles que não respeitam nem o patrimônio público nem o patrimônio privado e que põem em risco não apenas a integridade física das pessoas, mas, também, a própria vida dessas pessoas.

É a denúncia que trago, Sr. Presidente, para, sobretudo, dar conhecimento do clamor pessoal das pessoas que se encontram constrangidas, privadas da liberdade de ir e vir; faço esta denúncia até mesmo para não pecar, pelo mais grave dos erros, o erro da omissão. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em tempos de Nova República, nós temos que construir uma nova sociedade. Não basta que construamos avanços no campo institucional. É preciso juntamente com os avanços no campo institucional, promover avanços nos campos econômico e social, porque se a nossa organização política tiver base apenas numa democracia formal, liberal, ela não se sustentará. É preciso, é fundamental, é condição indispensável que construamos, concomitantemente, uma nova realidade econômica e social.

Há pouco, ouvia o Deputado Antônio Mazurek preocupado com as greves reivindicatórias que estão se verificando em todo País. É preciso que se tenha em mente primeiro, Sr. Presidente, que essas greves são consequência de 20 anos de arbítrio, (muito bem!) que essas greves são consequência de duas décadas de arrocho salarial, que essas greves são consequência de um longo período de autoritarismo, de um longo período de supressão dos direitos dos trabalhadores. (Muito bem!) O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, cuja atuação aqui queremos enaltecer, repudiou a didática do cassete e erigiu como meta primeira de sua ação a didática da palavra, da conversa, do diálogo, e tem procurado intermediar os conflitos entre trabalhadores e empresários, no sentido de ir estabelecendo na prática o exercício da liberdade e autonomia sindicais. É uma ação que tem que ser enaltecida, fortalecida neste Congresso, porque, num clima de liberdade, num clima de democracia, é fundamental, primeiro, que os trabalhadores tenham assegurada a plenitude do direito de greve; segundo, que os sindicatos tenham liberdade de atuação; e, terceiro, que essa liberdade de atuação se fira sob total desatrelamento do poder do Estado.

Um dos primeiros atos de S. Ex.^a foi revogar a portaria que prevê a interferência do Ministério do Trabalho nas eleições sindicais. E, de lá para cá, não fez outra coisa senão mediar os conflitos. O Ministro Almir Pazzianotto disse, em declaração publicada ontem, que saúda os avanços institucionais votados por esta Casa na semana passada, mas diz que é preciso promover também avanços institucionais na legislação que diz respeito à relação capital/trabalho, que é uma legislação corporativa advinda do Estado Novo e que nem a Constituinte de 1946 foi capaz de modificar.

Por isso, Sr. Presidente, defendemos a postura do Ministro do Trabalho e conclamamos esta Casa a manter as prerrogativas do direito de greve dos trabalhadores e manter, elogiar, enaltecer, apoiar e fortalecer a atitude do Ministro de negociação e de conciliação entre as partes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ouvimos a palavra do companheiro, Deputado Luiz Henrique, Vice-Líder do nosso Partido nesta Casa. Sobre o mesmo assunto, gostaria de tecer algumas considerações. O Brasil começou a viver uma nova fase com o advento da Nova República, particularmente a área tra-

balhista, com a posse do Ministro Almir Pazzianotto. Sabemos que este País, durante esta longa eclipse de vinte e um anos, teve na pasta do Ministério do Trabalho não pessoas preocupadas com os trabalhadores, não pessoas preocupadas com o trabalho, mas pessoas preocupadas com o capital. O Ministro Murillo Macedo era um verdadeiro comensal dos grandes empresários, banqueiros, dos grandes capitalistas deste País. Nunca se preocupou com os trabalhadores, porque a ditadura também nunca se preocupou com os trabalhadores. Estas pessoas, agora, estão saudosas da repressão, da violência, da pancadaria, da cadeia, das intervenções nos sindicatos contra as lideranças autênticas. Para mim não importa a procedência política ou ideológica das lideranças sindicais, importa, para todos nós, que elas sejam autênticas e legítimas representantes de suas categorias profissionais.

O Ministro Almir Pazzianotto tem usado o diálogo no lugar do cassete, o Ministro Pazzianotto tem usado a lei, tem usado o pensamento da Nova República no trato com os trabalhadores. Foi ele quem revogou a portaria das cassações de lideranças sindicais, foi ele, Pazzianotto, quem restituiu os direitos dos líderes sindicais, quem reabriu os sindicatos, quem acabou com aquela nódoa deixada pelo regime ditatorial no trato com a classe trabalhadora deste País.

Sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o que se arma contra o Ministro Pazzianotto é uma verdadeira máfia; são alguns políticos frustrados, aliados a empresários que, durante a ditadura, sempre tiveram os Ministros, principalmente da área econômica, ao seu lado, para fomentar greves e, ao mesmo tempo, aumentar o preço dos seus produtos, para repassar ao consumidor. Como o Ministro Pazzianotto não aceita a tese do repasse para enriquecer, cada vez mais, aqueles que especularam durante 21 anos, trama-se contra esse homem, de formação democrática, pleiteando a sua substituição no Ministério. Nós sabemos, Sr. Presidente, que, se esta Nova República quiser o respeito da opinião pública e dos políticos deste Congresso, terá de preservar a figura democrática do Ministro Pazzianotto no Ministério do Trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, falo aqui apenas em função do comportamento desse homem; nada mais me liga a ele, não lhe devo favores, não o conheço na intimidade; conheço os seus passos, os seus compromissos e a sua atuação democrática à frente do Ministério do Trabalho. E a Nova República precisa preservar Pazzianotto no Ministério do Trabalho, e esses falsos democratas precisam conviver com a greve, porque ela é a única arma do trabalhador para fazer valer as suas reivindicações reais e democráticas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

É com muita satisfação que, atendendo a uma solicitação do meu ilustre e eminente colega, Deputado Agnaldo Timóteo, venho a esta tribuna apresentar em seu nome, em nome de todos nós, congratulações pela nomeação oportuna de Milton Gonçalves para a direção da Rádio Nacional. Essa nomeação representa um atestado de que nosso País vive longe da discriminação racial, pois é um negro competente, capaz, inteligente, um grande artista que nos delicia nos vídeos, através de seus trabalhos artísticos, que assume a direção da Rádio Nacional. Agnaldo Timóteo gostaria de ter feito este registro, mas o tempo regimental não lhe permitiu e pediu-me que eu dissesse estas palavras, desejando a Milton Gonçalves o melhor de todos os êxitos em sua missão.

Sr. Presidente, antes de terminar, um outro registro queremos aqui fazer, sobre a entrevista do Ministro Gusmão, hoje de manhã. Ela registra o protesto, de maneira indireta, às atividades do Ministro Pazzianotto, porque o que disse S. Ex.^a na televisão é que se aplique a lei aos grevistas. Quando ele diz isso, por certo o Ministério do Trabalho não está aplicando a lei aos grevistas. S. Ex.^a acha que se deve agir da mesma maneira que na Justiça do Trabalho: preliminarmente, o entendimento; depois a conciliação; depois o julgamento e, finalmente, a decisão. Há fatos que comprovam que esse caminho já foi percorrido mas não foi seguido. No caso dos metalúrgicos, há uma decisão da Justiça do Trabalho considerando a greve ilegal e a decisão não foi cumprida. Consequentemente, o Tribunal de Justiça do Trabalho foi desmoralizado em São Paulo.

Foi o que deduzimos da entrevista do Ministro da Indústria e Comércio, que, indiretamente, faz uma censura a Pazzianotto. Não é o Ministro Antônio Carlos Magalhães que está encabeçando esse trabalho de protesto contra o Ministro Pazzianotto. Acharmos que o Ministro Pazzianotto é um homem competente, capaz, jovem, e está dando todo o seu esforço para conciliar e não tem tido muito êxito. A crítica que se está fazendo ao Ministro do Trabalho vem do próprio Ministro do PMDB, que é o Ministro Gusmão, da Indústria e Comércio. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Brabo de Carvalho.

O SR. BRABO DE CARVALHO (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Nós recebemos cópia de um telex enviado pela classes empresariais do meu Estado a Sua Excelência o Senhor Presidente da República. O mesmo também foi enviado ao Dr. Nilton Figueiredo, Secretário dos Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, e ao próprio Ministro dos Transportes, Dr. Affonso Camargo, bem como ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli. Ele vem assinado por 10 entidades de classe do meu Estado, protestando contra uma notícia dada pela imprensa brasileira sobre o cancelamento das obras das eclusas do Tocantins.

Sr. Presidente, se é verdade essa notícia, se o Ministro dos Transportes cancelou as verbas destinadas à continuação dessa obra tão importante, isto constitui, na minha opinião, uma tristeza para todos nós da Amazônia, principalmente daquela região. Porque o Tocantins, cujos recursos são conhecidos por toda a Pátria brasileira, é uma das regiões mais importantes que temos na Amazônia, não só para o transporte de minérios como também para o escoamento de outras riquezas que ali são abundantes. Só com a construção dessas eclusas poderemos ter a regulação de suas águas. E as verbas para isso destinadas não são verbas cujo sacrifício viesse trazer benefício para outras atividades brasileiras. Nós esperamos que o Sr. Ministro dos Transportes reflita melhor e devolva as verbas, para que aquelas obras, tão importantes para a Nação, não sejam paralisadas. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO BRABO DE CARVALHO:

Exmo. Sr.
Deputado Federal
Brabo de Carvalho
Câmara Federal
Brasília-DF
TLX: 047-circular

Para conhecimento de Vossa Excelência transmitimos texto telex enviado pelos órgãos de classe empresarial do Estado do Pará ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República motivado pelas notícias veiculadas na imprensa de que o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Trans-

portes, doutor Afonso Camargo determinou suspensão das obras de continuação das eclusas do rio Tocantins;

Exceletíssimo Senhor
Dr. José Sarney
DD, Presidente da República
Brasília-DF
TLX. 043/85

Em nome dos órgãos da classe patronal do Estado do Pará, pedimos venia para manifestar a Vossa Excelência nossa profunda decepção face notícias divulgadas imprensa de que o ilustre Ministro dos Transportes, Dr. Afonso Camargo, determinou a suspensão das obras de construção das eclusas da barragem da hidrelétrica de Tucuruí. Em que pese indiscutível importância aproveitamento potencial energético rio Tocantins, cujas turbinas marcam início uma nova era desenvolvimento região, esse magnífico projeto determinou interrupção navegabilidade fluvial, inalienável patrimônio comunidades localizadas às margens do rio e áreas de influência, sustentáculo atividades econômicas tradicionais e total isolamento das que se situam à montante da barragem em flagrante descumprimento determinações legais que regem projetos da espécie. Confiante em que a Nova República seria sensível à luta que estas entidades de classe vinham sustentando em defesa da construção das eclusas, baseadas em comprovações técnicas constantes de documentos de irrefutável confiabilidade, classes produtoras receberam com maior tristeza a notícia de que o prosseguimento das obras, antes moroso, será agora paralizado. Dada a magnitude do problema, dirigimos veemente apelo espírito cívico Vossa Excelência, conhecedor profundo problemática regional, no sentido de determinar providências para que aquela decisão seja reexaminada, até porque os recursos capazes de assegurar a continuidade do projeto são de pequena monta se comparados com outros dispêndios que o Governo federal se propõe efetivar em benefício de outros projetos, sem nenhuma dúvida, de menor significação em termos de interesses coletivos. Com o maior respeito e confiantes de que Vossa Excelência não há de negar tratamento equitativo comunidades duramente atingidas aquela adversa decisão, reafirmamos nossa irrestrita confiança eminente Presidente, depositário nossas melhores esperanças.

Respeitosas saudações.

Isio dos Santos Capela, Presidente em exercício da Federação Indústria Estado Pará.

Luizinho Bartolomeu de Macedo, Presidente em exercício do Centro das Indústrias do Pará.

Orlando Sozinho Lobato, Presidente da Federação e Centro do Comércio Estado Pará

Roberto Farid Elias Massoud, Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Pará e da Associação Comercial do Pará

Clodomir de Lima Begot, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará

Jorge Colares, Presidente da Federação dos Diretores Lojistas do Pará

Alexandrino Moreira, Presidente Associação de Bancos do Estado Pará, Amazonas e Acre

Massud Elias Ruffell, Presidente da Associação dos Supermercados do Estado do Pará

Augusto Rezende, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Belém

Roberto Seixas Simões, Presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação do Estado do Pará — SINDARPA

Foram enviados também telex com identico teor ao Dr. Newton Figueiredo, DD, Secretário de Transporte Aquaviários do Ministério dos Transportes, ao DD, Ministro dos Transportes Dr. Afonso Camargo et ao Presidente do Congresso Nacional Senador Joseph Fragelli.

Respeitosas saudações.

Isio dos Santos Capela, Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Pará

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As manifestações havidas nesta manhã, desta tribuna, envolvendo a figura extraordinária do jovem e culto Ministro do Trabalho, Sr. Almir Pazzianotto Pinto, de São Paulo, trazem-me, também, à liça. Entendo eu, como seu velho companheiro de atividades nos tribunais trabalhistas de São Paulo; entendo eu, como seu velho companheiro de andanças escolares na cidade de Campinas; entendo eu, ainda mais, pelos laços profundos de amizade que me prendem àquela figura extraordinária que a República trouxe para servir ao Brasil, no momento oportuno; entendo eu que devo, também, com a minha palavra, a minha simples palavra, de maneira mais simples e mais humilde, trazer o testemunho de respeito à figura desse jovem que, à frente do Ministério do Trabalho, tem demonstrado, à saciedade, que em verdade a Nova República, se acertou, acertou por inteiro, fazendo de Almir Pazzianotto Pinto o Ministro do Trabalho, e não apenas ministro dos trabalhadores mas, também, ministro dos empregadores e ministro desta Nação.

É uma figura de grande capacidade, um homem de profunda sensibilidade, um homem que conviveu com o sindicalismo brasileiro durante largo tempo e que tem, por isso mesmo, a possibilidade de, à frente dos destinos da Pasta do Trabalho, executar aquilo que é a obrigação da Nova República, isto é, o respeito absoluto a todas as figuras humanas que engrandecem, com o seu trabalho e com o seu capital, este País. Trago, portanto, o testemunho de apreço e de respeito a Almir Pazzianotto Pinto. Melhor-Ministro do Trabalho do que ele o Brasil não poderia encontrar, neste momento, e certamente por muito tempo, porque é a sua sensibilidade, é a sua cultura jurídica, é a sua vivência no meio trabalhista e nos tribunais trabalhistas deste País. Somando tudo isso, pode ele, com o equilíbrio que tem, com a personalidade de que dispõe, enfim, com a maneira absolutamente certa de agir — e tem agido durante toda a sua vida — pode ele, à frente dos destinos da Pasta do Trabalho, ser o grande Ministro do Trabalho, aquele Ministro do Trabalho que a Nação precisa no momento, de transição, quando se passa de um estado autoritário para um momento democrático. Era preciso que, na verdade, um democrata, um jovem, um espírito novo, uma figura nova viesse inovar no Ministério do Trabalho, traçando rumos diferentes, diferentes do passado, para que o presente e o futuro se encontrem numa mesma linha de acerto e de respeito a todos.

É este o testemunho que eu quero deixar, nesta manhã, à figura simpática, à figura certa, à figura absolutamente certa nesta República, que é o Sr. Ministro Almir Pazzianotto Pinto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bom, que falará como Líder do PT.

O SR. DJALMA BOM (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Deplorável, lamentável e medíocre o pronunciamento do Ministro Roberto Gusmão num programa de televisão, hoje de manhã. Se o Ministro Roberto Gusmão está à procura de infiltrações no movimento paredista, nós vamos dizer ao Ministro quais são essas infiltrações. Sr. Ministro, a infiltração no movimento paredista dos metalúrgicos do ABC é a ganância de lucros das multinacionais. A Volkswagen do Brasil faturou, no ano de 1984, 3 trilhões e 150 bilhões de cruzeiros, 231% e mais do que o ano de 1983; a Mercedes-Benz do Brasil faturou, no ano de 1984, 1 trilhão e 350 bilhões de cruzeiros, 322% a mais do que o ano de 1983.

A nossa preocupação é muito grande, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, com as infiltrações direitistas na composição do Ministério do Presidente da República. Isso é muito ruim para o sistema democrático, isso é muito ruim para os trabalhadores, e muito ruim para o povo brasileiro. É uma das preocupações que nós, Congressistas, devemos ter. O autoritarismo se dá por diversas formas e o perigo da direitização do Ministério do Governo do Dr. José Sarney deve nos preocupar.

Eu gostaria, Sr. Presidente, prolongando-me um pouco mais, de dizer que existe um impasse: os trabalhadores estão usando a greve como o seu instrumento legítimo para defender as suas legítimas reivindicações. Chegou-se ao ao impasse. Quem seria a pessoa que, no nosso entendimento, poderia ter um comportamento para acabar esse impasse? Quem seria esse interlocutor? Existe uma figura, a do alto mandatário do País, e essa figura se chama Dr. José Sarney. No nosso entendimento, quando se chega a esse impasse, devemos buscar justamente aquela pessoa capaz de encontrar uma saída para essa dificuldade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lamentamos que, na segunda-feira da semana passada, tentamos contato com os Ministros da Justiça, nosso companheiro Fernando Lyra e do Trabalho, nosso companheiro Almir Pazzianotto para tentar uma audiência com o Presidente da República onde pudessem se sentar numa mesa, os trabalhadores, os empresários e ter como mediador essa figura máxima, o alto mandatário da República, que é o Dr. José Sarney, e lamentavelmente, mais uma vez, não nos foi dada a oportunidade de audiência para que os trabalhadores pudessem ser recebidos e tentar buscar uma discussão.

Antigamente, com o Governo militar, durante 21 anos houve uma total parcialidade; os patrões eram recebidos, os trabalhadores nunca. O Governo militar foi useiro e vezeiro em receber os patrões e não os trabalhadores. E, para nossa surpresa, Sr. Presidente, a Nova República, de que tanto se fala em verso e prosa, hoje, através do Senhor Presidente da República, José Sarney, recebe os Diretores da ANFAVEA — Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores. Quer dizer, o mesmo comportamento que tinham os militares, estão tendo, agora, os mandatários da Nova República.

Lamentamos, Sr. Presidente. Mas o que resta para nós, trabalhadores e para a diminuta Bancada do Partido dos Trabalhadores, lamentavelmente, é continuar reclamando. Vamos continuar reclamando mas, ao mesmo tempo, pedimos à Liderança do PMDB, que é Governo, hoje, nesta Casa, que interceda junto ao Senhor Presidente da República, ao Ministro do Trabalho, para que os trabalhadores possam ser recebidos e encontrem a saída desse impasse e não ocorra, como disse há pouco um Deputado, o que está acontecendo na Cidade de Matão, uma greve onde não existe liderança e gere um desdobramento-ruim para os trabalhadores e para a economia brasileira.

Esse é o nosso pedido à Liderança do PMDB, presente aqui na Casa hoje, para que interceda junto ao Senhor Presidente da República, para que seja marcada uma audiência, ainda nesta semana, para que Sua Excelência

possa receber as lideranças sindicais e as lideranças patronais, para que possamos sair desse impasse; e na certeza, ainda de que a Liderança do PMDB faça um pronunciamento e que nós possamos resolver essa questão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto, como Líder do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Ouvimos com atenção a exposição feita e a reclamação colocada pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, na pessoa do nosso ilustre e bravo colega, Deputado Djalma Bom, de São Paulo.

E até para mostrar o que acianamente já é entendido pela sociedade brasileira, e mostrar a sensibilidade da Nova República e a mudança que a Nova República vem trazendo no seu bojo — a nível do relacionamento político entre Congresso e Poder Executivo, respeitando o Judiciário em todas as suas decisões e, sobretudo, a nível de relacionamento entre os poderes, como cada um dos Poderes no seu conjunto e a Nação aqui compreendida como povo brasileiro — a Liderança do PMDB, que somente pode atribuir a um equívoco de Secretaria, a um equívoco de Protocolo, a demora na concessão e na definição de uma data para a audiência ao Líder do PT e às lideranças envolvidas na greve do ABC Paulista, a Liderança do PMDB assume, neste momento, o compromisso de interferir, junto ao Protocolo ou à Secretaria do Presidente da República, junto, portanto, ao Presidente José Sarney, para que o Presidente José Sarney receba o Líder Djalma Bom e os líderes dos metalúrgicos em greve e possa, ouvindo o outro lado, cotejar as duas posições e, como magistrado, decidir o Senhor Presidente José Sarney — dentro, evidentemente, de todo o princípio que deve cercar a sua autoridade — o que fazer para equacionar essa grave questão que é a greve dos metalúrgicos.

O PMDB não tem, absolutamente, nada contra a greve, ao contrário, até a defende. Inúmeros parlamentares nossos têm projetos em tramitação liberalizando, estabelecendo e garantindo verdadeiramente o direito de greve, até por que a Lei de Greve, que a ditadura nos legou, Sr. Presidente, não regulamenta a greve até por que a profibe.

O PMDB tem um compromisso com o direito de greve. O PMDB tem todo um sofrimento na sua vida, na esteira de sua luta com casações e com perseguições impostas àqueles que nunca renegaram a solidariedade ao trabalhador.

Agora, no poder — e estamos no poder e assumimos com muito orgulho o fato de sermos poder no regime e no Governo que apeou do poder a ditadura que infelicitava o Brasil e que, sobretudo, negava voz e vez aos trabalhadores no que toca à colocação dos pontos de vista da classe trabalhadora — nós vamos, pela Liderança do PMDB, interceder junto ao Presidente José Sarney para que Sua Excelência ouça o clamor a voz e receba as razões e, sobretudo, dialogue com a Liderança dos Partidos dos Trabalhadores e com as lideranças sindicais que comparecerão a essa audiência.

Não tenho dúvida de que homem de sensibilidade de muita experiência política. E, sobretudo, afinado inteiramente com o propósito do Governo que ele próprio comanda, ou seja, de fazer do diálogo a arma e não usar o cassete como recurso, o Presidente José Sarney, com toda certeza marcará, e para breve, a audiência que está sendo solicitada pela Liderança do PT, e que tem, agora,

o endosso, a simpatia, a solidariedade e a fraternidade da Liderança do PMDB. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi, que falará como Líder do PDT.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dos fatos apontados como responsáveis pela fantástica dívida externa que o Brasil tem hoje, são as chamadas obras faraônicas para as quais se captaram recursos no exterior a preço de uma moeda caríssima, para se desenvolver projetos que o Governo considerava prioritários. Dentro dessas obras está Itaipu, umas das maiores usinas hidrelétricas do mundo, e que custou preço impossível de ser pago pelo povo brasileiro. Outra dessas obras é a Usina Nuclear de Angra dos Reis. Sabe-se, hoje, que a população deste País pagou e continua pagando muito caro para ter essas duas obras concluídas.

Hoje, na primeira página do *Jornal do Brasil*, a Nação inteira vê uma declaração do Presidente de Furnas, Sr. Camilo Penna, que alerta para o risco de racionamento de energia elétrica, em 1986, caso não haja recursos para investimentos a tempo e a hora.

“O racionamento poderia atingir o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Brasília.”

Informou o Sr. Camilo Penna.

A falta de recursos foi agravada com o adiamento dos reajustes das tarifas de energia elétrica, que estavam marcados para este mês. Com isso, a ELETROBRÁS estima que terá um prejuízo de 320 milhões, e o Sr. Camilo Penna explica mais: que há problemas com a usina de Angra dos Reis como confiabilidade sob suspeição, que se parar causará a perda de 1 milhão e 200 mil quilowatts de energia.

Ora, Sr. Presidente, é pensamento do PDT investigar isso mais a fundo. Como é que se pode entender essa usina de Itaipu, que custou à população deste Brasil o que custou, e a famigerada usina de Angra dos Reis, tão repudiada por todos os ecologistas, por toda a população da região, uma usina duvidosa, uma usina que foi importada na planta, que não há igual em nenhum lugar do mundo e que, de repente, se fala em racionamento de energia elétrica se não se aumentam as tarifas. Todos sabem e a Imprensa cansou de publicar que o Brasil tem um convênio com o governo do Paraguai, no qual ele assumia a obrigação de consumir grande parcela de energia elétrica, que era a parte do governo do Paraguai, que seria comprada e trazida para o Brasil. Nós vimos em recentes declarações que o Brasil não tinha o que fazer com essa energia. Sabemos que energia elétrica não é estocável, não se pode armazenar energia elétrica por muitos e muitos meses, não é estocável. Então, se existe energia elétrica, por que aumentar o preço dessa energia elétrica, que já é tão cara para a população? Hoje em dia as contas de luz atingem o bolso do faminto povo brasileiro, com uma parcela que há dez anos isso não acontecia, era uma parcela ponderável do orçamento familiar, o custo, hoje em dia, da energia elétrica. E se vê que, de repente, essas usinas feitas no Brasil não vão sequer dar conta para o ano de 1986. Isso é uma coisa que tem que ser apurada, precisa ser investigada, que isso é a falência do plano hidroelettrico brasileiro; quando se sabe que aqui nesta Casa existiram projetos estabelecendo o horário de verão, que foi retirado pelo Presidente Costa e Silva; que o horário de verão, que existe em quase todos os países do mundo, porque é uma maneira da população poupar energia; que quando foi retirado o horário de verão, foi sob a alegação de que a ELETROBRÁS

precisava vender energia elétrica, quando o horário de verão viria ajudar, diminuir as contas de toda a população brasileira, como faz em todos os países do mundo, praticamente todos os países do mundo existe horário de verão. Deixou de existir aqui no Brasil, porque tinha que se vender energia elétrica, e de repente se vê uma notícia dessa nos principais jornais do País, e uma justificativa do Presidente de Furnas dizendo que está falido o sistema hidroelettrico, o sistema elétrico de geração de energia, tanto do hidroelettrico como o da energia nuclear de Angra dos Reis. Em 1986, se não se aumentam as tarifas, se não continuar fazendo investimentos, nós teremos racionamento de energia elétrica.

Acho isso da maior gravidade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Acho que isso tem que ser investigado. Esta Casa que agora com nova força dada pela chamada Nova República e pela independência que conseguiu, votando na semana passada a liberdade dos seus Deputados, a liberdade de seus Partidos políticos, ela tem que ir a fundo nos grandes problemas nacionais, e esse é o problema que tem que ser apurado.

Fica aqui o ponto de vista do PDT, para que o Sr. Ministro rapidamente dê explicações do porquê dessa possibilidade do racionamento de energia, que tanto mal causará ao parque industrial e à população do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Leorne Belém — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Leorne Belém, como Líder do PDS.

O SR. LEORNE BELÉM (PDS — CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O PDS naturalmente não deseja o impasse e não aposta neste impasse, ao contrário, o maior Partido de Oposição com assento nesta Casa deseja exatamente que prevaleça o bom senso e, como resultado do diálogo e do entendimento, se chegue a uma solução satisfatória para todas essas greves com que se vê a braço o País nos dias de hoje. Mas o PDS não pode deixar de assinalar a falta de unidade do Governo. Há alguém que não está sabendo administrar os naturais conflitos que aí estão no Governo, decorrentes, naturalmente, dos pontos de vista divergentes; ministros que representam as áreas mais conservadoras da sociedade brasileira e outros que representam setores progressistas dessa sociedade. Essa é uma resultante natural no caudal de opiniões que constitui a denominada Aliança Democrática. Esse problema nós do PDS já o vislumbrávamos na campanha que consagrou no Colégio Eleitoral o falecido Presidente Tancredo Neves, e sabíamos naquela ocasião das dificuldades com que se defrontaria o Governo para administrar os conflitos internos, tal a natureza e tal diversificação de opiniões daquelas correntes que constituem a Aliança Democrática.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o PDS deseja uma solução para o impasse. Acho que o Ministro do Trabalho se conduz bem quando procura o diálogo com a classe trabalhadora, mas entende também que uma autoridade superior no Governo deve emergir nesse instante gravíssimo por que atravessa a Nação, para administrar os conflitos internos da Aliança Democrática e, por extensão, do próprio Governo da Nova República. É esta a nossa manifestação, Sr. Presidente. Muito Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1984; que dá nova redação ao item III do artigo 165.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000, para o fim que especifica

— dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed para proferir o parecer.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Para emitir o parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Encaminha o Poder Executivo, nos termos do artigo 51, parágrafo 2º da Constituição Federal, o Projeto de Lei em epígrafe, o qual tem por objetivo autorização para abertura de crédito especial em favor da Justiça do Trabalho, no valor de Cr\$ 17.000.000 (dezesete milhões de cruzeiros).

Decorrido o prazo para apresentação de emendas, nos termos regimentais, sem que ao projeto fosse oferecido

qualquer proposição, compete-nos, neste passo, analisar a providência sob os seus aspectos técnico-jurídicos.

Prende-se a medida ao atendimento de despesas decorrentes da criação de uma Tabela de Pessoal Permanente, sob o regime celetista, em substituição à contratação de mão-de-obra indireta prestadora de serviços de vigilância, limpeza e conservação nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região Fiscal.

A importância em questão, de pouco significado quantitativo, será provida pelos recursos compensados aludidos no item III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que prevê a anulação total ou parcial de dotações ou créditos adicionais.

Acha-se atendida, assim, a norma constitucional que veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e a indicação dos recursos correspondentes.

Registre-se, ademais, que a abertura do mencionado crédito adicional não envolve aumento de despesa fixada na vigente Lei de Meios, uma vez que o montante correspondente ao crédito em exame há de provir de anulação parcial de dotação constante do orçamento em favor da Justiça do Trabalho.

Parece-nos plenamente justificada a abertura do crédito especial em tela não só pelo fato de se revestir a substituição de mão-de-obra objetivada pela contratação direta em medida de conveniência administrativa, como porque encontram-se obedecidos os preceitos jurídicos que regulam a matéria.

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN.

Este, é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Não há "quorum" para votação. Assim sendo, a votação fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)

Ata da 101ª Sessão Conjunta, em 14 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Alberto Silva,

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacular — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marinho — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Arnaldo Muciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima —

PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonó — PFL; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Stêlio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso

Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Jacques D'Orellias — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruana — PDT; Roberto Jefferson — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Delson Searano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Right — PTB; Herbert Levy — PFL; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novas — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Muluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kifuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL;

Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Sulmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clárek Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 267 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Aluizio Campos

O SR. ALUIZIO CAMPOS (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem, pronunciei um pequeno discurso na Câmara dos Deputados, pedindo a atenção do Senado Federal para o problema do Sulbrasileiro e do Habitasul, a fim de que o projeto aprovado pela Câmara pudesse ser revisto e melhorado, com o propósito de não obrigar o Governo a assumir um capital de um banco novo com uma massa falida.

Dentro da linha do meu discurso *O Globo* de hoje publica um editorial intitulado: Veto à estatização, cujo teor é o seguinte:

VETO À ESTATIZAÇÃO

Não há como entender o veto do Presidente Tancredo Neves e do programa da Aliança Democrática ao processo de estatização da economia brasileira sem o veto do Governo José Sarney à estatização dos Bancos Sulbrasileiro e Habitasul, caso a alternativa absurda seja consumada por completo por sua aprovação no Senado.

São duas posições conflitantes, que não podem conviver dentro do contexto e do espírito da Nova República, sobretudo porque a estatização dos dois conglomerados financeiros não é uma estatização

como outra qualquer, mas sim a pior de todas as formas de intervenção governamental na área privada: aquela que se manifesta para subverter os critérios econômicos e éticos do sistema democrático da livre empresa, premiando a incapacidade e a improbidade administrativas, criando discriminações e privilégios dentro do mercado financeiro e do trabalho e, depois de tudo isso, submetendo o próprio Estado a um temerário salto no escuro por conta do dinheiro do contribuinte.

Na Câmara dos Deputados, o projeto do Banco Meridional do Brasil — o novo rótulo do complexo bancário falido — ainda foi enxertado de outras cláusulas ruinosas, graças às pressões do lobismo político e financeiro dos três Estados do Sul envolvidos na conspiração estatizante e ao intolerável cerco dos funcionários do grupo Sulbrasileiro, que incluiu o "hopping" do seu acampamento em frente ao Congresso. Portanto, o monstro que pelos cálculos iniciais deveria custar 900 bilhões de cruzeiros ao enxangue Tesouro Nacional, ignorando solenemente o programa de contenção de gastos públicos do Governo Sarney, só fez ampliar a sua monstruosidade constitucional, técnica, jurídica etc., passando agora a representar uma injeção de recursos federais da ordem de Cr\$ 1 trilhão e 80 bilhões.

Se aprovar o projeto, o Congresso que foi chamado ao problema para optar pela solução mais conveniente à sociedade brasileira estará ao mesmo tempo contrariando o verdadeiro interesse público em jogo e forçando o Estado a cair dentro de uma armadilha provavelmente sem saída. Assim é que a desapropriação temporária das ações do Sulbrasileiro — Habitasul conduz o Estado à hipótese de revender mais tarde essas ações, com o grupo financeiro eventualmente já saneado, aos mesmos desapropriados responsáveis pela ruína do banco, já que legalmente lhes caberá a preferência nessa operação. Para o Estado escapar a escândalo tão acintoso, apenas lhe restaria manter-se definitivamente no controle e na administração do grupo, desmoralizando-se por conseguinte o argumento de uma intervenção somente temporária, heróica, para depois resultar em benefício do setor privado.

Estamos diante dos perigos de um festival de precedentes lesivos. De que modo o Governo enfrentará, daqui por diante, situações idênticas à do Sulbrasileiro? É claro que as mesmas motivações e pressões políticas agora desencadeadas quererão repetir a dose. E que dizer da garantia de emprego assegurada aos funcionários do grupo? Vão chover dentro e fora do campo judicial as reivindicações de equiparação, de isonomia. O malsinado instituto da estabilidade compulsória renasce com péssima inspiração e ameaça tornar-se o germe da generalização ampliada da antiga anomalia.

Ninguém ignora a má situação dos bancos estaduais no Brasil. Quase todos eles estão pendurados no Banco Central e engrossam o inventário do nosso endividamento externo e interno. Em vez de procurar estancar o processo, vamos ainda elástico-lo, lançar mais lenha à fogueira de todas essas desgraças nacionais que se chamam inflação, déficit público, ineficiência e improdutividade das empresas estatais.

Alega-se que a liquidação pura e simples do Sulbrasileiro, sem substituição por outra estrutura bancária de porte semelhante, afeta seriamente a economia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Isso não passa de uma balela política. A economia sulista se acha suficientemente assistida e irrigada por um conjunto de bancos governamentais e privados. Não haveria necessidade de um complexo bancário e financeiro caracteristicamente regional. E não nos esqueçamos de que existe na área,

por exemplo, o Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul.

A Nova República tem compromissos estritos de exemplaridade, se quiser continuar merecendo a confiança da sociedade para que este crédito se converta em colaboração e, particularmente, disposição para sacrifícios. Por outro lado, a Nova República não se limita às fronteiras do Poder Executivo. O Congresso constitui uma de suas vigas-mestras, especialmente tendo em vista o predomínio dos representantes da Aliança Democrática na sua composição e direção.

O projeto do Banco Meridional do Brasil nem sequer deveria haver acontecido na Câmara dos Deputados, onde, pelo contrário, acabou aprovado a toque de caixa, com o voto simbólico das lideranças. Resta a instância do Senado, mas não se pode deixar de temer que também o Senado se curve às pressões que conseguiram subjugar a Câmara.

O Presidente José Sarney saberá, nesse caso, como primeiro magistrado da Nação, distinguir entre os aspectos circunstanciais que envolvem o problema do Sulbrasileiro e a face que corresponde ao interesse permanente do País, podendo perfeitamente optar por estes compromissos maiores sem abdicação ou distanciamento da natureza também político-partidária do seu cargo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Para conhecimento desta Casa, da posição assumida por treze sindicatos, associações e federações que trabalham na orla marítima do Porto de Santos, peço seja transcrito o telex enviado pelos mesmos ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a necessidade da manutenção do Dr. Sérgio da Costa Matte à frente da Cia. Docas do Estado de São Paulo.

Pelo conteúdo do telex pode-se constatar que praticamente a unanimidade dos representantes das classes produtoras e responsáveis pelas exportações, naquela área, encontram, no Dr. Sérgio, os predicados de administrador, conciliador e homem talhado para conduzir o maior porto da América Latina.

“Excelentíssimo Senhor Doutor Affonso Camargo Digníssimo Ministro dos Transportes,
Brasília — DF.
Senhor Ministro:

O Conselho Especial dos usuários da Cia. Docas do Estado de São Paulo — CODESP — por seus membros representantes de entidades da classe empresarial privada respeitosamente cumprimenta Vossa Excelência, assegurando seus préstimos e colaboração na vossa difícil missão a frente dos destinos de nosso ministério.

Nesta oportunidade vem pleitear seja mantido na Presidência da CODESP, o Engenheiro Sérgio da Costa Matte, conforme votação dos conselheiros presentes a 58ª Reunião Ordinária realizada ontem, com exclusão dos membros vinculados ao Ministério dos Transportes e Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo.

Graças a competente gestão administrativa, dentro de elevados padrões de austeridade e proba capacidade profissional, o Engenheiro Sérgio da Costa Matte, emérito conhecedor dos complexos problemas portuários, com a paz social, vem obtendo para nosso porto resultados sobejamente conhecidos.

Senhor Ministro, entendem os signatários que mantido o Engenheiro Sérgio da Costa Matte na

presidência da Cia. Docas do Estado de São Paulo, estará Vossa Excelência atendendo a responsáveis interesses nacionais com repercussões altamente positivas tanto no meio empresarial como dentre os laboriosos servidores do porto.

Respeitosos cumprimentos.
Santos, 25 de abril de 1985.

Ney Garcia Sotello — Presidente, representante da Associação Comercial de Santos;

Luiz Franca de Mesquita, representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga;

José Fernando Cacciatore, representante da Associação Brasileira das Empresas Transportadoras de Containers;

Alberto Oppenheimer, representante da Associação dos Exportadores Brasileiros (A.E.B.);

Cláudio Martins Marote, representante do Centro Nacional de Navegação Transatlântica — Delegacia de Santos;

Clodulpho Adid Rhal, representante da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo;

Sebastião Burbulhan, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;

Ângelo Pesce, representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo;

Júlio Cândido Fernandes, representante do Sindicato das Empresas de Veículos de Carga de Santos;

Aguinaldo Rodrigues, representante do Sindicato dos Comissários de Despachos do Estado de São Paulo;

Milton Chocorro, representante da Associação Brasileira dos Armadores de Longo Curso;

Vanderley de Matos, representante da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem;

Elmar José Braun, representante e Presidente do Sindicato das Agências de Navegação de Santos;

BY PS

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A cidade de São Paulo elegerá diretamente o seu prefeito, a partir de 15 de novembro deste ano. E o PMDB, como partido majoritário nas últimas eleições, está unido as suas forças políticas mais representativas, no sentido de obter essa confirmação da representatividade maior na capital do Estado. Queremos dizer que há um esforço positivo para a consolidação dessa nossa vitória que será realmente mais uma confirmação da pujança do PMDB, em nosso Estado, os Deputados Federais estão reunidos pretendendo que seja composta uma fórmula em que os pretendentes à candidatura de prefeitos da Capital se unam e componham um programa básico e uma fórmula de disputa dessa candidatura, a mais democrática possível. Reconhecemos o grande esforço do Governo do Estado no sentido de uma aliança política, de uma composição, em que os candidatos tenham uma maior substância política possível. Reconhecemos o esforço do Sr. Governador do Estado que, em várias reuniões, tem procurado conduzir o processo. Aachamos, porém, necessário que a participação dos Deputados Federais, Estaduais, dos Diretórios seja consolidada, através de uma ampla consulta aos Diretórios Distritais da Capital, através de uma prévia. Uma reunião foi realizada ontem, em que participaram o Deputado Caio Pompeu de Toledo, atual Secretário de Turismo do Estado, o Deputado Samir Achôa, que é o mais votado na Capital e no Estado de São Paulo. De nossa parte também, como três pos-

tulantes a este cargo, nós tivemos ponto de vista idêntico, da necessidade da conciliação, da união de todos esses candidatos do PMDB e, através de um trabalho conjunto, após quarenta e cinco dias, numa prévia, serem designados os mais votados pela própria base partidária. Aachamos que o esforço do Governo é muito positivo, mas aachamos que não serão bem-vindas as resoluções de cúpula do Partido. Entendemos que a Liderança, as bases é que deverão, através do voto, através de prévias, em que participam cento e cinquenta mil filiados ao PMDB da Capital, os candidatos mais representativos deverão ser levados às convenções.

Era, Sr. Presidente, a notícia importante aos peemedebistas de São Paulo que queríamos trazer nesta data. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quando os parlamentares do Congresso Nacional brasileiro assumiram uma posição em defesa dos interesses dos povos latino-americanos, particularmente do povo nicaraguense, e enviaram documento à Organização das Nações Unidas, discutindo com o Secretário-Geral da ONU, com o Secretário-Geral da OEA, com elementos do Departamento de Estado Norte-Americano, a posição da maioria do nosso povo, representado pelos seus Deputados e Senadores a respeito da questão da América Central, na época o Embaixador no Brasil, essa figura de empresário, de agente da Máfia internacional, de embaixador, de diplomata sem curso, de comerciante de interesses não sei quais, chamado Anthony Motley, tentou mostrar ao Brasil e aos seus dirigentes nos Estados Unidos de que o documento enviado pelo Congresso brasileiro não tinha nenhuma representatividade, segundo, ele porque os Deputados assinavam aqui documentos sem saber o conteúdo dos mesmos.

Equívocou-se o Embaixador, comerciante, empresário e negociante Anthony Motley com a posição do Congresso brasileiro, porque esta tem sido a posição do nosso Congresso, porque tem sido a posição do nosso povo em favor da auto-determinação dos povos, em favor da soberania dos povos, em favor dos direitos dos latino-americanos, em favor da Nicarágua.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Sr. Anthony Motley, que não deixou saudade neste Brasil, retorna para dar um recado aos brasileiros. E nós questionamos o trabalho desse cidadão, recado para quem e em nome de quem Sr. Anthony Motley? os brasileiros, o seu povo, o seu Governo e o seu Congresso sabem perfeitamente o que pensam e o que querem em função dos objetivos da Nova República. Nós temos capacidade de discernimento para saber com quais povos interessam ao Brasil o seu relacionamento diplomático. Não interessa para nós os conselhos nem posição do Sr. Anthony Motley, porque o Brasil não é uma republiqueta de banana, porque o Brasil não é um País onde os grandes dos Estados Unidos admitam ainda a fase de colônia. Nós somos um país independente, a maior nação do Continente latino-Americano, e não aceitamos, em nossos assuntos internos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a censura do Governo Norte-americano, através da presença do Sr. Anthony Motley que veio ao Brasil e, através da imprensa, deixou clara a sua posição contrária ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba.

O Brasil é um País amadurecido. O nosso povo sofreu 21 anos de ditadura para construir agora, com dificuldades, os novos caminhos da democracia. Nós sabemos o que queremos e para onde iremos. E a nós, somente a nós, interessa definir os comportamentos da nossa política externa. Não podemos admitir, Sr. Presidente e Srs.

Congressistas, que eles, que têm uma Embaixada em Havana, venham para o nosso Governo trazer recados de que não aceitam o nosso reatamento de relações diplomáticas com Cuba. O Brasil não pode viver essa fase de macaquismo. Cuba é um País irmão latino-americano e, com ele, nós precisamos, e com ele nós queremos, e com ele o Governo da Nova República vai fazer o seu reatamento diplomático, queira ou não o Sr. Anthony Motley, queira ou não os padrões de Anthony Motley. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governador Leonel Brizola está muito equivocado ao confundir a aprovação da emenda das eleições presidenciais em dois escrutínios com o "pacote de abril". Em primeiro lugar, a emenda foi aprovada pela quase unanimidade do Congresso Nacional e não foi estabelecida por qualquer ato institucional. Em segundo lugar, o processo de eleições em dois turnos constitui um aperfeiçoamento do sistema democrático de escolha dos governantes.

O Governador Leonel Brizola precisa tomar cuidado para não confundir os seus projetos com aqueles que realmente são os de democratização da sociedade brasileira. Ele tem todas as condições de aspirar ser o Presidente da República, mas seria importante que tivesse a convicção de poder conquistar este posto convencendo a maioria do eleitorado como sendo realmente a melhor opção dentre as que serão apresentadas por todos os partidos políticos.

O Governador Leonel Brizola esquece-se de que o processo de eleições em apenas um escrutínio acaba por prejudicar os partidos em formação diante dos que já estão há mais tempo organizados. Nas eleições de 1982, embora o PDT tenha ganho no Rio de Janeiro, foi bastante prejudicado em outros Estados, particularmente no Rio Grande do Sul pelo argumento do voto útil, o mesmo que prejudicou o PT no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em quase todos os Estados.

O Partido dos Trabalhadores há tempos, consistentemente, vem defendendo o processo de eleições em dois escrutínios para presidente, governadores e prefeitos de todos os municípios. Como disse, a Emenda Constitucional nº 16 de 1984, de minha autoria, que o Partido apresentou, está tramitando nesta Casa. Esperamos, especialmente, se o processo for este, ter condições de disputar em condições de igualdade com os demais partidos as eleições diretas para prefeito em São Paulo e não nos sentiremos prejudicados em disputar em dois escrutínios as eleições para prefeito nas demais Capitais. Se coligação houver nas Capitais, será mais fácil compô-la após o eleitorado definir a sua preferência no primeiro escrutínio. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Existe um projeto de lei tramitando nesta Casa que é o Decreto nº 90.922, que se luta para a sua modificação. Trata-se da regulamentação da profissão do técnico. Esse assunto, Sr. Presidente, traz uma grande preocupação para 350 mil profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de todo o País, porque eles foram violenta e arbitrariamente violados nos seus direitos profissionais. Os estudantes dessas profissões perderam, de uma vez só, num ato autoritário, a sua perspectiva de vida.

Eu queria que V. Exª me concedesse o direito de que fossem transcritos, nos Anais do Congresso Nacional, um documento do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e um telex que foi enviado, há dias, ao Senhor Presidente da República José Sarney, acompanhado de um manifesto no qual aquela entidade de classe, o Clube de Engenharia, a mais antiga instituição de Engenharia do País, reivindica que o direito dos engenheiros, dos arquitetos sejam cuidados pelo Governo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ COLAGROSSI EM SEU DISCURSO:

O Presidente do Clube de Engenharia, Matheus Schneider, apoiado por outras entidades da Engenharia, disse que está disposto a liderar nas ruas, movimento de protesto de 350 mil Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Brasil, caso o Governo Federal não revogue o decreto baixado em fevereiro deste ano pelo Governo anterior, onde prevê que as atribuições específicas dos profissionais de nível superior sejam estendidas aos técnicos. Segundo o Presidente do Clube de Engenharia, o movimento dos profissionais será "uma demonstração de desespero e repúdio da classe".

Afirma Schneider que a medida adotada no governo passado, vem retrocedendo em meio século o exercício profissional, época que não havia regulamentação dos profissionais e os curiosos executavam os projetos e obras. O Decreto causou atritos no meio dos estudantes e profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Governo

Em telex enviado ao Presidente da República, José Sarney, ao Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto e ao Ministro da Educação Marcos Maciel, pedindo a revogação do Decreto nº 90.922 de 7-2-85, o Presidente do Clube de Engenharia fez um relato da situação que atinge a categoria, alertando as autoridades para o procedimento do Governo anterior que atingiu profundamente as atividades econômicas de vários setores e modalidades da Engenharia. Matheus Schneider afirma no telex "que em um momento em que temos 45 mil desempregados em nossas profissões, este decreto está causando uma redução do mercado de trabalho e desestimulando a formação de novos profissionais, comprometendo o desenvolvimento tecnológico nacional".

O Clube de Engenharia ao apoiar os esforços da FEBRAE — Federação Brasileira de Associações de Engenheiros, tem encontrado respaldo de outras entidades para o movimento. A FEBRAE, no entanto, comunicou ao Clube de Engenharia que iniciou a mobilização de suas 70 filiais no Brasil, para incorporar a luta da entidade pela revogação deste Decreto.

A UNE, além de outras entidades estudantis de nível superior, já foram articuladas para apoiarem a reivindicação da categoria que, além da revogação do Decreto, querem a formação de uma comissão de alto nível para reestudar o assunto.

Excelentíssimo Senhor:

Dr. José Sarney Telex enviado em 29-4-85
Presidente da República do Brasil
Ref: Solicitação de Audiência

Vimos por meio desta, solicitar audiência a V. Exª, com vistas à apresentação de esclarecimento, idéias e propostas sobre o assunto que se segue.

Os 350 mil Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, que formam a profissão da Engenharia no Brasil, viram sua profissão aviltada, desprestigiada, violada, quando no apagar das luzes do último Governo foi baixado o Decreto nº 90.922 de 7-2-85, que regulamenta a Lei nº 5.524 que se refere aos técnicos de grau médio ou de 2º grau.

Através do referido Decreto são concedidos ao técnico, atribuições específicas dos profissionais de nível superior, subvertendo toda a hierarquia da área tecnológica e fazendo retroceder em meio século o exercício profissional, época em que pontificavam práticos e curiosos na execução de projetos e obras de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Isto ocorre no meio de uma crise recessiva que atingiu profundamente as atividades econômicas de vários setores e modalidades da Engenharia, num momento em que temos 45 mil desempregados em nossas profissões, causando uma redução de mercado e desestimulando a formação de novos profissionais.

A promulgação do referido decreto caiu como um raio devastador na ânsia de aprimoramento profissional de milhares de estudantes, que tiveram seus direitos individuais violados com a inversão da própria essência do técnico que é de assistir o profissional com curso superior.

Apesar de todos os pareceres contrários das entidades de classe, universidades, profissionais e estudantes, fomos surpreendidos com a publicação no Diário Oficial do referido decreto.

Diante do exposto, vimos propor a Vossa Excelência:

1 — a revogação imediata do Decreto nº 90.922 de 7-2-85, que regulamenta o disposto no inciso V do artigo 2º da Lei nº 5.524 de 5-11-68;

2 — que se forme uma Comissão de alto nível integrada por representantes das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, dos Técnicos, dos Ministérios de Educação, do Trabalho e da área tecnológica, e do Legislativo, para estudar a questão e propor medidas alternativas que componham a regulamentação supra, calcadas no consenso de todos os envolvidos, bem ao estilo preconizado pela Nova República.

Agradecendo a atenção dispensada por V. Exª, aguardamos pronunciamentos sobre a audiência solicitada.

Cordialmente, Matheus Schneider, Presidente do Clube de Engenharia.

MANIFESTO

As entidades de classe que congregam os Engenheiros do Rio de Janeiro, contando com o irrestrito apoio dos estudantes dessa área profissional, manifestam sua irrisignação pela ampla extensão que se pretende dar ao disposto no inciso V do artigo 2º da Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, na proposta de decreto a ser encaminhada à sanção presidencial para regulamentação do técnico industrial e agrícola do 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio.

Cumprir deixar consignado que os signatários deste documento nenhuma restrição opõem a que, na atual conjuntura, seja estudada nova regulamentação condizente e oportuna que assegure aos técnicos de 2º grau um mercado de trabalho próprio e salário profissional condigno. Esclarecem, contudo, que o exercício da profissão dos técnicos de 2º grau já vem sendo regulamentado, desde 1946, pelas Resoluções: 51, 53, 55, atualizadas pelas Resoluções 108 (1955), 212 (1972), 218 (1973), 262 (1979) e 278 (1983) todas baixadas pelo CONFEA, órgão legalmente habilitado a fazê-lo, como aliás vem procedendo para as demais categorias componentes do Sistema CONFEA-CREAs.

Eis que, no momento, todas as áreas abrangidas pelo sistema CONFEA-CREAs, com ampla participação dos técnicos de 2º grau, estão, ordenadamente, desde as bases até as comissões de caráter nacional, estudando a reformulação da legislação profissional, sendo no mínimo extemporâneo que seja expedida regulamentação específica para uma determinada categoria, prejudicando o estudo conjunto que se vem processando.

A pretendida regulamentação, no estágio atual, evidencia erros e distorções facilmente assinaláveis:

* define capacitação técnica e qualidade de serviços por parâmetros numéricos;

* atribui indiscriminadamente a jovens, entre 16 e 18 anos de idade, responsabilidade civil e penal que legalmente não podem assumir;

* estabelece parâmetros, na área de engenharia de edificações (80 m²), pelos quais os técnicos de 2º grau poderão ser responsáveis pelo projeto e construção de mais de 80% das construções domiciliares do país;

* defere dos técnicos em eletrônica o projeto e direção de instalações elétricas com demanda de energia até 800 KWA, bastando que se diga que no sentido lato da expressão registrada, sem qualquer referência a nível de tensão e frequência, o técnico de 2º grau estará, por decreto, habilitado a projetar as instalações de energia da maioria das cidades do interior, da quase totalidade das instalações industriais, edifícios e prédios domiciliares das grandes cidades;

* submete a comunidade a riscos previsíveis, ao atribuir a execução de obras e prestação de serviços destinados ao uso obrigatório das populações a jovens sem capacitação adequada;

* entrava o desenvolvimento da tecnologia nacional pelo conseqüente nivelamento por baixo da qualidade de obras, serviços e produtos;

* desestimula os estudantes de engenharia, arquitetura e agronomia ao constatarem que, mesmo antes de prestar exames vestibulares para o nível superior, já foram outorgadas aos técnicos de 2º grau prerrogativas e atribuições das profissões que pretendem alcançar.

Declarando-se frontalmente contrários à regulamentação proposta, que colide com a "Classificação Brasileira de Ocupações" onde, muito sabiamente, é definido técnico como aquele que desempenha funções especializadas, sob a orientação de uma direção técnica superior, esperam as entidades profissionais e estudantis que este brado de alerta advirta as autoridades para as danosas conseqüências para a coletividade de uma atitude precipitada e inconveniente sobre um assunto vital para os Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos do Brasil.

Federação Brasileira de Associações de Engenheiros
Associação Brasileira de Engenheiros Civis — D.N
Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas
Clube de Engenharia — RJ
Associação Brasileira de Engenheiros Civis — D.RJ
Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro
Associação dos Antigos Alunos da Politécnica — RJ
Sociedade Brasileira de Engenharia e Segurança
Instituto de Engenharia Legal
Associação Brasileira de Engenheiros e Arquitetas
Associação de Engenheiros de Volta Redonda
Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal

C.A. da Universidade Federal do Rio de Janeiro
C.A. da Escola de Engenharia Veiga de Almeida
E.E. Industrial e Minas de Volta Redonda, e outros.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na minha opinião, acho também que dois turnos não deixa de ser um casuísmo. Porque o certo mesmo é o candidato a prefeito, a governador, à Presidência da República, que teve maioria sobre os outros candidatos, deve ser empossado. O que acontece é que depois das eleições várias forças econômicas se unem contra determinado candidato e derrotam o candidato popular.

Estou muito à vontade para defender essa tese, porque fui candidato a prefeito de Belo Horizonte, disputando com 6 candidatos e a minha votação foi bem maior que a votação dos 5 candidatos que competiram comigo. Agora, na época em que vivemos, com esta quantidade de

partidos que vamos ter no País, acho que a Presidência da República, o Governo do Estado e a prefeitura devem ser exclusivamente por maioria simples. Acontece que, às vezes, um bom candidato vai contrariar interesses de elementos poderosos e com isso todas as forças se unem contra aqueles que vai defender princípios populares.

Sr. Presidente, o País atravessa realmente uma época muito difícil, estamos vendo greves todos os dias, e quero lembrar o que já disse, aqui desta tribuna, quando procurei o presidente João Goulart, alguns dias antes dele ser deposto, ele me disse que eu estava tomando determinadas atitudes, em Belo Horizonte, contra os grevistas. Eu disse a ele: Presidente João Goulart, eu danço conforme a música, tenho que me defender. E disse mais: Presidente, se essas greves continuarem em cascata o Senhor vai ter problemas. Ele me disse: Carone, eles são meus amigos.

O que aconteceu com esses amigos dele? Uns foram deportados, exilados, outros desapareceram, outros foram cassados.

Então, a esta hora, não que eu defenda o governo do Presidente Sarney, embora reconheça que Sua Excelência, na realidade, até o momento atual, está indo muito bem. Mas, na minha opinião, acho que essas greves deveriam diminuir, até equilibrarmos um pouco a inflação e melhorarmos realmente o salário mínimo, que foi bem abaixo dos níveis, porque o certo era no mínimo Cr\$ 500.000 para o trabalhador.

Se essas greves continuarem, Sr. Presidente, não que eu esteja profetizando, mas governo nenhum aguenta greve em cascata. Da mesma maneira que caiu João Goulart, o Governo José Sarney vai cair também, se não cumprir a lei, se não tiver autoridade.

"Não sou contra a greve, Sr. Presidente, mas sou contra bagunça, sou contra arruaça. Acho que greve é até aquele momento em que a Justiça do Trabalho decidiu. Se a Justiça decidiu de um lado, então é aquele que tem que ser respeitado.

Acho que pressão para mudar as leis autoritárias é preciso, mas não nas ruas, não nas greves, mas aqui no Congresso Nacional.

Terminando, Sr. Presidente, estou chegando a conclusão de que a indústria automobilística está ganhando dinheiro com essas greves, porque o Governo proibiu o aumento até o fim de maio. Então, o que acontece? Os metalúrgicos estão paralisados e os recursos que seriam destinados ao pagamento dos operários, colocados em OPEN, darão grandes lucros para as indústrias e elas vão acabar não cumprindo os dois meses de prazo que o Governo exigiu para não haver aumento, porque nesse período ela não produziu. Quer dizer, se os metalúrgicos de São Paulo não forem indenizados pelos dias em que estão em greve, a indústria terá lucro. Ao que parece, até os donos das fábricas de automóveis não estão interessados no término desta greve.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em 13 de outubro de 1984, O Correio Braziliense noticiava

"MINISTÉRIOS DAS ESTATAIS

O plenário do Tribunal de Contas da União, acolhendo voto do ministro Bento José Bumgarin, determinou providências junto à Secretária do Planejamento, com o objetivo de aquele órgão informe as razões da Companhia Brasileira de Cobre, inativada durante oito anos, continuar implantada, com pesados prejuízos financeiros e vultoso endividamento; as razões da aquisição do controle acionário da

Companhia Brasileira de Zinco pela CBC, estando também aquela empresa inativada e altamente endividada, agravando conseqüentemente a situação financeira da última e quais as medidas que estão sendo tomadas para a recuperação financeira das mencionadas empresas. Pretende o Tribunal com a medida, esclarecer a situação da Companhia Brasileira de Zinco, existente desde 1975 sem nunca ter entrado em funcionamento efetivo, com um prejuízo acumulado superior a Cr\$ 81 bilhões de cruzeiros, hoje superior a mais de 100 bilhões de cruzeiros."

Sr. Presidente, essa é a situação que se agrava dia a dia, esses são os mistérios das estatais. Existem companhias que nunca trabalharam, que nunca entraram em funcionamento, mas que se mantêm com todo o pessoal, com funcionários ganhando altos salários e com situação normal, só que ela não trabalha. Isso é o que chamamos os escândalos da Velha República. E queremos, então, que esse estado de coisas desapareça, mas que o Sr. Ministro do Tribunal de Contas deva continuar informando para saber até onde chegou esse escândalo. Porque, hoje, 100 bilhões de cruzeiros, quando o País está endividado da forma que nós o encontramos, quando até aqui nesta Casa não se tem papel para tirar xerox, quando a dificuldade é grande, quando não se dá aumento para os funcionários da Casa, enquanto tudo isso acontece, as estatais ficam dando prejuízos de 100 bilhões de cruzeiros e nenhuma providência é tomada. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra, ao nobre Deputado Djalma Bom, que falará como Líder.

O SR. DJALMA BOM (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Gostaria de ler, hoje, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa o "Manifesto Pela Liberdade e Pela Democracia", que diz respeito aos nossos irmãos, nossos compatriotas e nossos companheiros do Chile.

Diz o manifesto, Sr. Presidente:

CHILE MANIFESTO PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA.

O Chile vive a mais profunda crise de sua história. A arbitrariedade tomou conta de nossa pátria. O regime atual destruiu as bases materiais de nosso desenvolvimento autônomo, corroeu os cimentos de nossa convivência e violou as tradições mais queridas de nosso ser nacional. Aquelas que nos legaram os forjadores do Chile com sua vocação libertária, humanista e de profundo apego à noção do direito e da justiça. Aquelas que nos entrega nossa história social e política, com seu amor à cultura, à organização, luta pelo progresso, pela igualdade, pela democracia e aspira a uma sociedade mais justa e fraterna.

Este regime estranho a nosso ser e história, que só pode governar sob estado de exceção, declarou a guerra permanente contra seu próprio povo. Encarcerou a liberdade e perseguiu os democratas. Branqueou os muros das cidades mas não conseguiu que se esquecesse a dor e a morte de que foram vítimas as famílias chilenas. Não há uma família que não saiba de um morto, de um desaparecido, de um torturado, de um preso ou confinado, de um exilado, de um desempregado, de um expulso. Quis impor um sistema de cumplicidade coletiva em que falar era arriscado; solidarizar, perigoso.

As forças armadas chilenas foram utilizadas como instrumento de poder por uma minoria autocrática, especuladora e estrangeirizante que nunca contou com apoio popular. Na base da força e da permanente deformação ideológica negam a democracia, verdadeira aspiração

nacional. Invocam a pátria mas, na verdade, destruíram-na; falam contra o totalitarismo, mas nunca na história do Chile conhecemos um igual ao atual; falam na sociedade cristã-ocidental e a história da Igreja Católica na América Latina não conhece uma afronta igual à que a Igreja Católica chilena tem sofrido, sendo desprezada até mesmo a voz moderadora dos Bispos; falam de segurança interior e nunca os chilenos viveram tanta insegurança e temor, indefesos frente a ação impune de organismos repressivos estatais e paraestatais; falam de segurança nacional e entregaram o país aos desígnios econômicos do capital estrangeiro, enquanto o regime é repudiado pela comunidade internacional. Fracassou um regime de engano, morte e de violência. É hora de recuperar nossa dignidade como país, de fazer valer nosso direito como povo. É hora de superar nossa miséria social, política e cultural a que nos arrastou a minoria que apoia o poder.

Chegou a hora do supremo e definitivo esforço para reconquistar o caminho do Chile. O clamor libertário que percorre nossa pátria não poderá ser sufocado pela força nem pela implantação do Estado de Sítio. Nosso povo demonstrou na prática que é o protagonista principal do presente e o construtor insubstituível de seu futuro. As últimas jornadas de protesto e a luta pela democracia demonstraram que somos a imensa maioria do país e que queremos devolver a dignidade ao Chile, que queremos construir um Chile Novo, fundado em sua história e passado democrático. Temperados pela dor deste período em que impera a cultura da morte, amanhã construiremos um Chile livre, um Chile de justiça, de paz, de solidariedade e de progresso para todos.

O Estado de Sítio é talvez o último mecanismo de defesa do regime. Pretende submeter a força do povo e obrigar a respeitar uma institucionalidade e autoridade antidemocráticas, nas circunstâncias em que é legítima a desobediência civil e a rebeldia contra um regime que atropela os direitos humanos fundamentais e não deseja o bem comum, senão que protege os bens de uns poucos que se enriqueceram às custas do patrimônio nacional, da exploração sem misericórdia e que individualizou o país por várias gerações, comprometendo gravemente seu desenvolvimento e independência.

Um Dever Moral

Um imperativo dever moral frente nossas consciências, nosso povo e a comunidade internacional nos levou a unir nossas mãos, a pôr nossas vidas e energia ao serviço da causa da Liberdade. Hoje a ditadura pretende deter a mobilização social e submeter pela força as diversas organizações democráticas. Aceitar estas pretensões seria prolongar a agonia de nossa pátria.

Não pedimos bagaços de liberdade nem dignidade ao preço de nossa servidão. Exigimos alguma coisa muito simples, alguma coisa que nos pertence, que nos pertence: simplesmente, que se devolva a soberania ao seu único dono, o povo. Outra coisa é ditadura e ditadura não queremos nunca mais.

Somos e seremos intransigentemente democráticos. O povo do Chile quer e exige de todos os democratas, sem discriminação de nenhuma espécie, o mais amplo consenso nacional pela democracia. Não há outra opção se queremos uma convivência nacional respeitadora dos direitos de todos. Não existe nem existirá uma alternativa autenticamente democrática mediante negociação com um regime que demonstrou exaustivamente seu desprezo e absoluta carência de vontade democrática.

A construção de um Chile livre e democrático é incompatível com a permanência da ditadura no poder e com sua institucionalidade excludente e antidemocrática.

O povo do Chile tem o direito de eleger democraticamente seus representantes e de se dar uma constituição que efetivamente emane da soberania popular.

O povo chileno tem o direito de ser o protagonista, através de um governo autenticamente nacional e democrático, na condução do país para resolver os dramáticos problemas de desemprego e miséria e satisfazer as demandas econômicas e sociais mais urgentes das maiorias nacionais, unindo o esforço de todos os chilenos na reconstrução e democratização profunda da pátria.

Chegou o momento histórico em que as forças armadas devem compreender que, para resguardar sua integridade como instituições, têm que voltar a cumprir seus deveres próprios e não serem utilizadas como instrumentos de repressão contra seu próprio povo. Resgatando as tradições patrióticas de respeito à vontade popular democraticamente expressa, e de defesa da soberania geoeconômica do País, deverão se integrar ao processo de recuperação democrática, entregando, junto com todos, sua contribuição para o engrandecimento do Chile.

Temos que enfrentar os novos desafios, que a presente situação nos impõe, com convicção de que o futuro nos pertence e que o Chile é nossa tarefa. Somos infinitamente mais numerosos, mais poderosos do que um regime que não tem outra razão de ser do que a mera perpetuação no poder para retardar o juízo inevitável da história.

Temos a força moral dos que lutam por causas justas, pela liberdade de todos; pelos direitos humanos de todos, inclusive dos que hoje os violam. Queremos justiça e não vingança, por isso exigimos o esclarecimento das violações dos direitos humanos cometidas durante este regime. Queremos libertação, nunca mais opressão.

Temos a Razão e a Força

Temos a força material da organização do povo, a força social que não se deixará "situar pela ditadura" e que é capaz de "situar a ditadura". A história recente do mundo nos demonstra que contra a vontade decidida de um povo a repressão é impotente.

Queremos que entendam que queremos democracia pela razão, mas que também temos força, aquela que ninguém poderá dobrar, a força de cada espírito libertário e a força ativa da organização social e popular.

O caminho da libertação do Chile se enraíza na mais profunda e extensa mobilização social. Devemos conquistar a democracia; a consciência, a organização, a capacidade criativa e a luta de cada chileno, de todo o povo, são uma força capaz de fazer entender inclusive àquele que não quer entender que contra o povo e sem o povo não se pode governar. Solicitamos a todas as forças democráticas, sociais e políticas, acima de qualquer outra consideração, que desenvolvam conjuntamente a força do movimento social, a fim de transformar a força organizada do povo em força avassaladora que ponha fim à ditadura e seu regime de vergonha, dor e miséria.

Fazemos parte da diversidade de nosso povo, tanto em suas múltiplas tarefas sociais como em suas expressões ideológicas e políticas. Estamos unidos na decisão inegociável de lutar pela liberdade, pela justiça social, pela paz e pelos direitos humanos.

Respeitando as diferenças que legitimamente existem entre nós, queremos ser signo de unidade em resposta à que existe no seio do povo. Queremos estar ao serviço de uma causa que é de todos, que tem nome mas que não tem dono: a liberdade e a democracia.

Assumimos os riscos com confiança e alegria. O Chile Novo que construiremos com o esforço de todos e o papel protagônico de nosso povo superará definitivamente as causas que deram origem à ditadura e à tragédia nacional por ela gerada.

Chamamos a Todos, Sem Distinção

Chamamos a todos a fortalecer as organizações sociais e populares, eixo principal de nossa força.

Chamamos a todos os democratas, civis e militares, políticos e independentes, crentes e não crentes, trabalhadores com ou sem trabalho, aos moradores da periferia, às mulheres, à juventude e aos anciãos, a lutar e unir nossas forças para conquistar a democracia e a liberdade, para radicar no povo a soberania que lhe pertence.

Chamamos a todos os democratas, respeitando a autonomia dos espaços sociais e políticos de cada um, a se somar a um grande movimento que se proponha estimular, coordenar e dirigir em comum acordo a mais vasta e multifacética mobilização social contra a ditadura.

Chamamos as chilenas e chilenos, a todos, sem distinção, unidos pelo comum desejo de paz, trabalho, justiça e solidariedade, assim como pela decisão irrevogável de nosso povo de recuperar a democracia para o Chile, a incorporar-se a um processo permanente e crescente de desobediência civil. A todos convocamos para participar ativa e disciplinadamente nas mobilizações que o povo impulsionará em sua luta pela liberdade.

Chile, chegou a hora de viver com dignidade, chegou a hora de recuperar a liberdade. O Chile livre, vencerá!

Assinam: Manuel Sanhueza — Juan Pablo Cárdenas — Fanny Pollarolo — Manuel Riosco — Rafael Agustín Gumucio — Juan Manuel Álvarez — Jaime Cataldo — German Correa — Manfred Max Neef — Ricardo Núñez — Víctor Sérgio Mena — Hermes Ahumada — Fabiola Letelier — Moy de Tohá — Jorge Molina — José Tomás Sáenz — Deputado Federal Líder do PT Djalma Bom. 14-5-85

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra, como Líder do PMDB, ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A lei determina que, quinze dias após a fixação dos novos níveis do salário mínimo, o Ministro da Previdência Social deve encaminhar os níveis de aumento dos aposentados e das pensionistas.

O Governo, pela primeira vez, fixou os níveis do salário mínimo acima dos 100% do INPC, fixou-os em 112% do INPC.

Pretendia o Governo, como pretende ainda, a sua determinação política e a luta política do PMDB, de que os trabalhadores aposentados tenham o mesmo nível de aumento dos trabalhadores da ativa. Esta é uma luta política longa, que conseguiu a sua primeira vitória em novembro do ano passado. Os Ministros anteriores, da época revolucionária, nunca tiveram a sensibilidade para essa matéria e os aposentados, ao longo dos anos, vêm perdendo o poder aquisitivo, porque ou fraudados nas contas, ou fraudados nos critérios, as aposentadorias vêm reduzindo seu valor real. E quem em 1979 percebia 7 salários mínimos, hoje, está percebendo pouco mais de 4,3 salários mínimos.

Todas as nossas manifestações são no sentido de que o reajuste dos trabalhadores da ativa seja igual ao reajuste a ser dado aos aposentados. Hoje, pela manhã, ainda cobramos aqui da tribuna, do Ministro da Previdência, para que isto acontecesse. E o Governo pretende dar aos trabalhadores da ativa o mesmo reajuste aos trabalhadores aposentados. No entanto, os resquícios do autoritarismo, o entulho autoritário ainda na legislação proíbe isso.

Veja V. Ex.^a o que diz o Decreto-lei nº 2.171, de novembro de 1984:

"Art. 1º O reajuste dos benefícios de média ou longa duração a cargo da Previdência Social far-se-á sempre que for alterado o salário mínimo, sendo devido a contar da data em que este entrar em vigor."

Art. 2º Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial, considerando-se como mês-básico o do início da vigência do novo salário mínimo."

Então, vincula-se à política da Previdência Social a política salarial. E o que diz a Lei nº 7.238, de outubro de 1984, a chamada Lei Marchezan? Diz o seguinte:

"Art. 1º O valor monetário dos salários será corrigido semestralmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, variando o fator de aplicação na forma desta lei.

Art. 2º A correção efetuar-se-á segundo a diversidade das faixas salariais e cumulativamente, observados os seguintes critérios:

I — até 3 (três) vezes o valor do salário mínimo, multiplicando-se o salário ajustado por um fator correspondente a 1.0 (uma unidade) da variação semestral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC."

Ou seja, 100% do INPC.

Na República Velha, na República antiga, no tempo superado, na ditadura que a gente quer esquecer, no regime autoritário que massacrava trabalhadores e aposentados, eles não deixaram nenhuma previsão, Sr. Presidente, de que um dia trabalhadores e aposentados pudessem ser aumentados mais de 100% do INPC. Como a Nova República rompeu as barreiras e estabeleceu um salário mínimo em 112% do INPC, agora, na hora de reajustar-se os proventos dos aposentados, cai-se no seguinte impedimento:

O Governo quer fazer o reajuste nos mesmos termos dos trabalhadores da ativa, e a lei não permite. A lei só permite que o reajuste dos benefícios dos aposentados, das viúvas e dos órfãos, seja de 100% do INPC. O que fazer, então?

Com a Previdência em dificuldades. E o mesmo decreto diz que o Ministro poderá aumentar esses índices se a Previdência tiver condições financeiras. Mas o que fazer, Sr. Presidente? Chorar as lágrimas de que não se pode atender o valor real para as aposentadorias, porque a lei não deixa, e porque a Previdência não tem dinheiro? Não! O que fez o Ministro da Previdência? Cumprindo a lei, estabeleceu, hoje, no último dia, que o reajuste das pensões e dos benefícios será de 100% do INPC. Isso não atende às necessidades dos aposentados, que necessitam ter 112% do INPC. Mas como o Ministro não pode atendê-los, por força da lei, está estudando e analisando, para remeter, rapidamente, ao Congresso Nacional, um projeto de lei para alterar o entulho do autoritarismo, para tirar do caminho isso que impede o desenvolvimento social, e também, Sr. Presidente, porque a lei não lhe dá condições de alocar recursos, pedindo ao Congresso Nacional a alocação de recursos para atender às reivindicações dos aposentados brasileiros.

Então, Sr. Presidente, a Nova República quer cumprir com os seus compromissos de praça, quer cumprir com o seu longo discurso de oposição, de que os vencimentos dos trabalhadores aposentados têm que ser reajustados nos mesmos níveis dos trabalhadores da ativa. E se o entulho autoritário do regime autoritário, da ditadura que nos massacrava não permite isso, vamos cumprir a lei no seu último dia e estabelecer o máximo que a lei permite, e mandar uma lei ao Congresso para alterar esse dispositivo, e permitir o atendimento de 112% para os aposentados, e permitir a abertura do crédito necessário para atender a esse excesso.

Isso quando se sabe, Sr. Presidente, que o custeio da Previdência Social é mantido apenas por trabalhadores e pelos empresários, e que o Governo arca com pouco mais de 3,27%, não cumpre o previsto, que seria um

terço. A contribuição da União, neste setor, é muito pequena; é necessário incrementá-la. E, em contato com o Sr. Ministro da Previdência, podemos constatar e considerar a S. Exª que o Congresso Nacional não vai se omitir na hora de retirar o entulho do autoritarismo, para permitir que os trabalhadores aposentados recebam os mesmos níveis de aumento dos trabalhadores da ativa; e que o Congresso vai permitir que a Previdência tenha recursos e votará, rapidamente, qualquer matéria que venha a alocar recursos para a Previdência, para atender à justa reivindicação dos trabalhadores aposentados.

É isso, Sr. Presidente, que queríamos constatar, na sessão desta noite. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Casa sabe que não tenho compromissos a não ser com o interesse nacional. Não sou xenófobo, mas não admito que se faça o jogo do capital estrangeiro. E não poderia agir de maneira diversa na questão a envolver a implantação do pólo de informática da Zona Franca de Manaus.

Tenho claro o dever de preservar a reserva de mercado para a indústria nacional de computadores e nunca me passaria pela cabeça agir de modo contrário às aspirações brasileiras. O que não tenho claro é até onde não estaria havendo manipulação, pelo lobby paulista, dos dados da realidade.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, todos sabemos que não seria impossível essa manipulação. Ela até já ocorreu outras vezes. O lobby paulista soube montar muito bem a ideologia do seu próprio privilegiamento, ao preparar — e obter — mais de uma dúzia de mutilações ao Decreto-lei nº 288/67, que criou a Zona Franca de Manaus. Cada mutilação do 288, Sr. Presidente, foi procedida de uma história "bem contada", de argumentos meticulosos. E o resultado foi sempre a desmoralização do 288 e da Zona Franca, foi sempre o prejuízo econômico do meu Estado e o prejuízo social do meu povo.

Quem nos garante que não está sendo urdida outra trama contra o Amazonas? Quem nos assegura que, a pretexto de defender a reserva de mercado, não está o lobby paulista empenhado em liquidar as perspectivas de florescimento do pólo de informática do Amazonas?

E se houver perigo para a soberania brasileira, eu recuo, Sr. Presidente? Não sou joguete do capital estrangeiro, não sou entreguista, não sou public relations de multinacional.

O que eu proponho é que ouçam as razões do Amazonas, abram um debate intenso sobre o tema, abram a questão a uma verdadeira audiência pública. Proponho que não se delibere nada sobre o pólo de informática da Zona Franca sem que, antes, seja exercitado o debate mais rasgado sobre todas as nuances do quadro.

Será que estou pedindo demais? Por que tanto açodamento, tanta pressa, tanta agonia?

Por que a decisão proposta em cima da perna, sob as regras draconianas do Conselho Nacional de Informática — CONIN, que nem permite o tradicional pedido de vista de um processo? Não se pode pedir vista, não se pode discutir, não se tem voz no CONIN. Onde estamos? Que coisa é essa? Que regra — e de que jogo — está em vigor?

Peço, pois, ao CONIN, que não delibere amanhã, que dê tempo ao Amazonas para argumentar, que permita à Nação fazer um juízo correto a respeito do assunto. Estou pedindo demais? É crime propor-se o debate livre e irrestrito? Seria democrática a condenação prévia do meu Estado, na via unilateral da argumentação paulista?

Não, Srs. Congressistas, mil vezes não! Não posso aceitar a imposição, o diktat, o cutelo ou a prepotência. Quero debater, exijo chocar as idéias, não desisto de esperar o prazo e a oportunidade de expor a minha verdade, ouvir a verdade alheia e, na negociação, descobrir a verdade terceira, a do consenso, a verdade do acerto, da realidade e da possibilidade. Numa negociação, admito ceder, admito transigir, porém não aceito ser esmagado. Quem me esmaga, não quer discutir.

Pedi, há tempos, ao Ministro Renato Archer, de Ciência e Tecnologia, que nos desse dados, que recolhesse as razões do Amazonas, que fosse a Manaus, que iniciasse conosco um processo metódico de negociação. Estou esperando por isso, antes de decidir. Quero marcar os pontos convergentes, quero separar cada ponto divergente, quero esgotar o assunto e concluir, com o conjunto do Governo Sarney, pelo melhor para o Amazonas e o Brasil.

Estou esperando por isso e fiquei desagradavelmente surpreso com o avanço unilateral da proposta extra-Amazonas. Isso não é justo, não é aceitável, não é possível.

Sou homem sereno e determinado, Sr. Presidente. Sugiro o exame minucioso da tabela de incentivos à Zona Franca, sugiro a delimitação de fronteiras: nada que atinja a reserva de mercado, nada que faça o jogo puro e simples do lobby paulista.

Sou homem de debate, sou homem da negociação política. Não aposto na intransigência nem na teimosia. Não vivo para o impasse nem para o confronto.

Tenho a certeza de que o CONIN adiará a decisão. Para isso, a bancada do Amazonas e o Governador em Exercício, Manoel Ribeiro, está indo de Ministro em Ministro. Para isso, iremos amanhã ao Presidente José Sarney.

Vou identificar quem não aceita o debate livre. E vou reagir diante de eventuais arbitrariedades.

Ninguém atrapalhará o Amazonas sem me esmagar antes. Minha voz vai ser ouvida, por sobre quaisquer sussurros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à constituição nº 44, de 1984, que dá nova redação ao item III do artigo 165, tendo

Parecer favorável, sob nº 59, de 1984 — CN, da Comissão Mista.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Proposta de emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei maior, exige quorum de 2/3 da composição de cada casa para deliberação. Dada a inexistência desse quorum, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nos termos do art. 51, § 3º, da Constituição, a presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 47 minutos neste Plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 1, de 1985-CN, que autoriza alienação, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, de parte dos bens imóveis que menciona, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 49 minutos.)

Ata da 102ª Sessão Conjunta, em 14 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Alberto Silva.

ÀS 19 HORAS E 47 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvidio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo San-

ford — PDS; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavoura — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Vianna — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Dáso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figuei-

redo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Moscom — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emilio Gallo — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Dnogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salimona — PMDB; Paulo Meiro — PFL; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt —

PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 267 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — A Presidência convoca as seguintes sessões conjuntas a realizarem-se amanhã, neste plenário:

Às 11 horas — promulgação solene da Emenda Constitucional que altera dispositivos da Constituição Federal e estabelece outras normas constitucionais de caráter transitório;

Às 19 horas — discussão das propostas de emenda à Constituição:

Nº 46, de 1984, que altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, de modo a tornar gratuito o ensino em todos os níveis, sob o encargo do poder público; e

Nº 48, de 1984, que modifica a redação do item II do § 3º do artigo 176 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Passa-se à Ordem do Dia.

O Sr. Cássio Gonçalves — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cássio Gonçalves, pela ordem.

O SR. CÁSSIO GONÇALVES — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre Cr\$	3 000,00
Ano Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre Cr\$	3.000,00
Ano Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 82

Preço:
Cr\$ 5.000,00

E stá circulando o nº 82 (abril/junho de 1984)
da Revista de Informação Legislativa,
periódico trimestral de pesquisa jurídica
e documentação legislativa, editado pela
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.
Este número, com 420 páginas, contém as seguintes
matérias:

- Os métodos de solução pacífica
de controvérsias internacionais:
tendências recentes
Antônio Augusto Cançado Trindade
- Justiça social e interpretação
no direito brasileiro
Haroldo Valladão
- Revogada a Constituição de 1967
— breve comentário a uma decisão do STF
Rubem Nogueira
- Parlamentarismo ou democracia?
Eduardo K. M. Carrion
- Aspectos do federalismo norte-americano
Torquato Lorena Jardim
- O direito da crise
Arnoldo Wald
- O desprestígio das leis
Eduardo Silva Costa
- O Parlamento brasileiro e o problema
do menor abandonado
Paulo de Figueiredo
- Pena de morte e colônias correcionais
Paulino Jacques
- Processo político e participação
Carlos Antônio de Almeida Melo
- Voto distrital e os Partidos Políticos
David V. Fleischer

- Inconstitucionalidade de fusão
e incorporação de Partidos Políticos
Celso Bastos
- A Missão Inglesa de 1924
Mircea Buescu
- Gestão de empresa com participação
de seus empregados
(Carta federal — art. 165, inciso V)
José Martins Catharino
- Trabalhador brasileiro no estrangeiro
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
- Movimento sindical de trabalhadores
rurais e a modernização
da agricultura brasileira
Vilma Figueiredo
- Anotações ao Código da Propriedade
Industrial (arts. 1º a 58 — Patentes)
Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- O Direito Penal Econômico
e os crimes contra a propriedade industrial
Eleonora de Souza Luna
- Titularidade da obra intelectual
Antônio Chaves
- Direito de autor e interesse
público nos países em desenvolvimento
Carlos Alberto Bittar

* Assinatura para 1985 (nºs 85 a 88): Cr\$ 48.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal.
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

- Textos atualizados, consolidados e anotados da Constituição Federal e das Constituições de todos os Estados.
- Remissões, nas Cartas Estaduais, aos dispositivos da Constituição Federal.
- Notas: redações anteriores e declarações de inconstitucionalidade
- Índice temático da Constituição Federal
- Índice temático geral de todas as Constituições Estaduais

4 volumes
Preço:
Cr\$ 30.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP. 70160)

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

Legislação alteradora e correlata.

Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

(com Suplemento de atualização — 1984)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP.70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 5.000,00

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição k 1984

Preço = Cr\$ 10.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 50,00